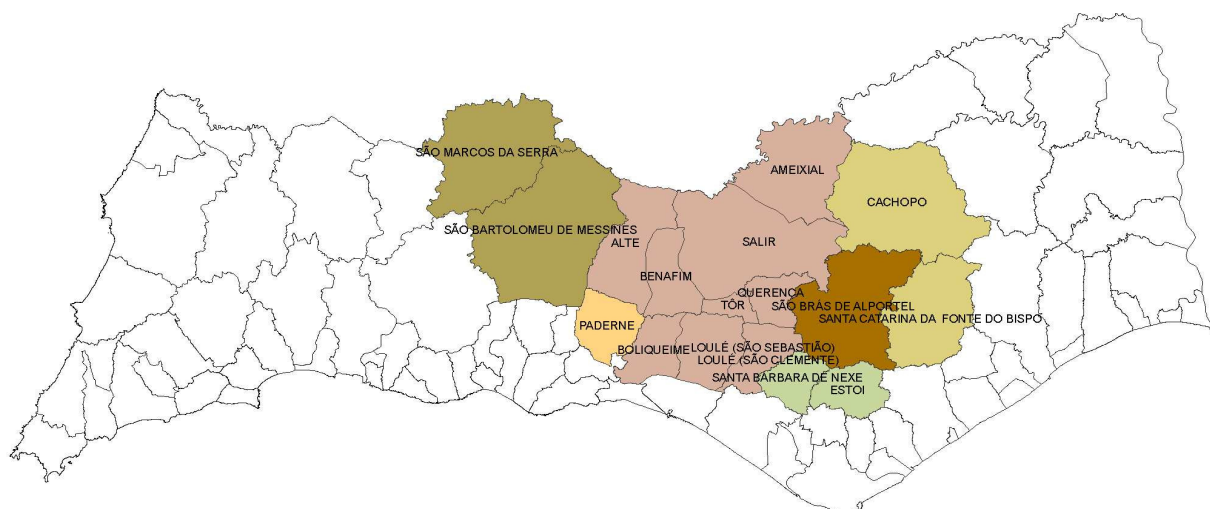




### *Sub-Programa 3 – “Dinamização das Zonas Rurais”*

## **ESTRATÉGIA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO PARA O INTERIOR DO ALGARVE CENTRAL**



Ministério da  
Agricultura,  
do Desenvolvimento  
Rural e das Pescas



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu Agrícola  
de Desenvolvimento Rural

*A Europa investe nas zonas rurais*

## Índice

### **ESTRATÉGIA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO PARA O INTERIOR DO ALGARVE CENTRAL**

<b>Caracterização sócio económica do território</b> .....	1
<i>Análise e contexto do território</i> .....	1
<b>Estratégia para o Interior do Algarve Central</b> .....	5
<b>Repartição financeira</b> .....	11
<b>Plano Financeiro por Medidas e Fontes de Financiamento para o Período de 2007-2013</b> .....	12
<b>Plano Financeiro anualizado</b> .....	13
<b>Níveis de ajuda previstos no âmbito da Estratégia Local de Desenvolvimento</b> .....	14
<b>Caracterização das áreas temáticas objecto de intervenção</b> .....	15
<b>Objectivos estratégicos para a diversificação da economia e para a melhoria da qualidade de vida no território (Análise Swot)</b> .....	20
<b>Matriz de Enquadramento Lógico</b> .....	28
<b>Áreas Temáticas para a Cooperação</b> .....	40
<b>Caracterização das Medidas e Acções do Sub-Programa 3 do PRODER “Dinamização das Zonas Rurais”</b> .....	43
<b>Medida 3.1 - Diversificação da economia e criação de emprego</b> .....	43
<i>Acção 3.1.1 - Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola</i> .....	44
<i>Acção 3.1.2 - Criação e Desenvolvimento de Microempresas</i> .....	46
<i>Acção 3.1.3 - Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer</i> .....	48
<b>Medida 3.2 - Melhoria da qualidade de vida</b> .....	50
<i>Acção 3.2.1 - Conservação e Valorização do Património Rural</i> .....	51
<i>Acção 3.2.2 - Serviços Básicos para a População Rural</i> .....	53



## ESTRATÉGIA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO PARA O INTERIOR DO ALGARVE CENTRAL

### *Caracterização sócio económica do território*

#### **Análise e contexto do território**

O território de intervenção da ELD abrange duas zonas características, a Serra e o Barrocal.

#### População e Território

Na zona de Serra (freguesias de Alte, Ameixial, Salir, Benafim, Querença e Tôr, no concelho de Loulé; freguesia e concelho de S. Brás de Alportel; S. Bartolomeu e S. Marcos da Serra, no concelho de Silves; Cachopo e Santa Catarina, no concelho de Tavira) a população tem vindo a diminuir progressivamente, com um única excepção (caso de S. Brás de Alportel, onde a população passou de 7526 habitantes, em 1991, para 10032 habitantes, em 2001), com a densidade populacional a situar-se nos 25 habitantes por km<sup>2</sup>.

Na zona do Barrocal (freguesia de Paderne, no concelho de Albufeira; freguesias de Boliquiteime, S. Clemente, São Sebastião e Tôr, no concelho de Loulé, e freguesias de Estói e Santa Barbara de Nexe, no concelho de Faro) a quase totalidade das freguesias assistiu a um acréscimo da população, fruto da proximidade do litoral, atingindo uma densidade média global de cerca de 126 habitantes por km<sup>2</sup>.

Esta disparidade revela o êxodo rural e explica o envelhecimento da população serrana, mas também remete para a realidade de um território transformado em dormitório, com as pessoas a procurar no exterior a sua inserção laboral.

Esta circunstância de os habitantes se deslocarem para o litoral à procura de emprego (e daí a taxa de desemprego não ultrapassar os 4,8%), leva-nos a identificar a articulação do território com o litoral, bem com a diversificação das actividades económicas/criação de emprego como importantes áreas temáticas, tendo em vista a fixação e estabilização dos residentes, o desejável retorno de alguns ex-residentes e a atracção de elementos do exterior.



ASSOCIAÇÃO  
**"IN LOCO"**  
Intervenção . Formação . Estudos  
para o desenvolvimento local



Ministério da  
Agricultura,  
do Desenvolvimento  
Rural e das Pescas



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Europeu Agrícola  
de Desenvolvimento Rural

*A Europa investe nas zonas rurais*

### Quadro da População e Território do Interior do Algarve Central

Freguesia/Concelho/ZI	População Residente	Área (Km2)	Densidade Hab/Km2	Área Rede Natura 2000 (%)	Área Rede Natura 2000 (Km2)
<b>Zona de Intervenção</b>	<b>68.562</b>	<b>1.680,42</b>	<b>40,80</b>	<b>40,42%</b>	<b>679,19</b>
<b>Albufeira</b>	<b>3.504</b>	<b>52,69</b>	<b>66,5</b>	<b>41,31%</b>	<b>21,8</b>
Paderne	3.504	52,69	66,50	41,31%	21,8
<b>Faro</b>	<b>7.657</b>	<b>84,57</b>	<b>90,5</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,0</b>
Estoi	3.538	46,57	76,0	0,00%	0,0
Sta. Bárbara de Nexe	4.119	38,00	108,4	0,00%	0,0
<b>Loulé</b>	<b>34.232</b>	<b>663,72</b>	<b>51,58</b>	<b>54,43%</b>	<b>361,3</b>
Alte	2.176	94,67	23,0	52,00%	49,2
Ameixial	604	123,95	4,9	19,63%	24,3
Boliqueime	4.473	46,20	96,8	12,48%	5,8
Querença	788	33,64	23,4	100,00%	33,6
Salir	3.023	187,61	16,1	80,81%	151,6
Loulé (S. Clemente)	14.406	46,56	309,4	36,70%	17,1
Loulé (S. Sebastião)	6.734	62,70	107,4	17,93%	11,2
Benafim	1.141	52,49	21,7	99,98%	52,5
Tor	887	15,90	55,8	100,00%	15,9
<b>S. Brás de Alportel</b>	<b>10.032</b>	<b>150,08</b>	<b>66,84</b>	<b>52,28%</b>	<b>78,5</b>
S. Brás de Alportel	10.032	150,08	66,8	52,28%	78,5
<b>Silves</b>	<b>10.026</b>	<b>411,73</b>	<b>24,35</b>	<b>92%</b>	<b>175</b>
S. Marcos da Serra	1.535	161,78	9,5	61,97%	100,3
S. Bartolomeu de Messines	8.491	249,95	34,0	30,08%	75,2
<b>Tavira</b>	<b>3.111</b>	<b>317,63</b>	<b>9,79</b>	<b>13,30%</b>	<b>42,2</b>
Cachopo	1.026	199,22	5,2	21,20%	42,2
Sta. Catarina da Fonte do Bispo	2.085	118,41	17,6	0,00%	0,0

### Agricultores com outras actividades lucrativas

A agricultura - incluindo as actividades agro-pecuárias e silvo-pastoris - continua a ser uma das actividades com peso apreciável na economia da zona. Segundo os dados do Recenseamento Geral da Agricultura (1999), existem na zona 9.286 produtores (49% com idades acima dos 65 anos e 26% com idades compreendidas entre os 55 e os 65 anos, números que, uma vez mais, comprovam o envelhecimento acentuado da população activa na agricultura.

Persistem problemas que urge solucionar. De entre eles destacamos: a incipiente ou inexistente organização dos produtores, a distância entre o sector produtivo e o mercado, uma legislação extremamente restritiva, quase sempre inadequada à escala das produções locais e aos processos de transformação, com que os produtores não sabem lidar.

Por outro lado, com excepção de parte de algumas freguesias do Barrocal, os solos são de baixa qualidade, muitos deles de tipos D e E, apresentam elevados índices de erosão e grandes declives, o que torna a agricultura uma actividade árdua e relativamente pouco rentável. Justifica-se um forte investimento na formação e no apoio técnico-financeiro aos agricultores, com vista à exploração de outras vias, como a agricultura biológica, para a qual a zona apresenta boas condições, dada a ausência de fontes de poluição.

Entre os agricultores existentes, 30% estão referenciados como tendo outras actividades lucrativas.



Começam igualmente a aparecer experiências de turismo rural associadas à exploração agrícola, tendo vindo algumas a conquistar posição de relevo no mercado.

### Desenvolvimento económico no sector não agrícola

O sector terciário cresceu muito, representando hoje uma fatia muito importante da actividade económica, por oposição ao desaparecimento progressivo do sector agrícola.

Parte importante da população activa tem vindo a ser absorvida pelos serviços, seja no sector público (maioritariamente nas autarquias e outros serviços da administração), seja no privado (pequenos comércios, restaurantes, serviços de apoio aos idosos, pequena construção civil, etc.). No entanto, o sub-emprego e o emprego precário continuam a ser uma realidade presente, sobretudo entre os jovens, pelas suas baixas qualificações e pela rarefacção de entidades empregadoras.

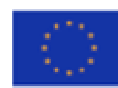
Os serviços à população cresceram e têm de continuar a crescer, dado que há freguesias onde ainda não existem e, mesmo onde estão presentes, não estão a ser atendidas todas as pessoas que deles carecem.

O sector dos serviços a empresas e de apoio a empreendedores é também uma área sem grande expressão, sendo fundamental fomentar o aparecimento de novos serviços.

Mas onde o sentido de crescimento é maior, já que a procura assim o exige é na área do turismo : turismo sustentável e toda a dinâmica e actividade a ele associada, empresas de animação, alojamento, restauração, comércio de artesanato, gastronomia. Esta é outra das áreas temáticas desta ELD, já que começa a ser reconhecida a qualidade ambiental da zona, em termos de oferta real e potencial.

O reconhecimento da mais valia da zona em termos ambientais não tem uma relação directa com a oferta, já que o mercado trabalha em condições informais, devido aos entraves burocráticos à legalização dos empreendimentos, de que resulta a grande morosidade dos processos

A adaptação da legislação relativa ao turismo rural, bem como a simplificação dos processos, pode permitir a legalização de empreendimentos, possibilitando o aparecimento de mais unidades (mantendo a necessária qualidade).





## Qualidade de vida

No que respeita às infra-estruturas de saneamento básico - abastecimento de água, sistemas de águas residuais e resíduos sólidos urbanos - a situação é satisfatória, estando estes serviços assegurados em toda a zona, embora existam tecnologias mais suaves que permitiriam reduzir custos ambientais.

Neste campo, referimos a ausência de empresas a trabalhar as energias alternativas, ao nível da comercialização ou da prestação de serviços de manutenção. O saneamento a seco, as tecnologias fotovoltaica e eólica, as piscinas biológicas, as mini-hídricas instaladas em explorações agrícolas e em empresas, para além de poderem gerar rendimento complementar, reduzem os custos energéticos e ambientais, favorecendo ainda o aparecimento de empresas prestadoras de serviços. Esta é outra importante área temática a desenvolver - Energias renováveis e soluções alternativas – dadas as potencialidades do território para acolher este tipo de aposta e as vantagens resultantes, em termos de redução de custos (para os sectores público e privado), de qualidade ambiental, de imagem de marca, para não falar de oportunidades de negócios.

A rede de distribuição de electricidade cobre praticamente toda a zona, não estando electrificados apenas alguns dos pequenos montes mais isolados. Nalguns deles, têm sido ensaiadas soluções com recurso à energia fotovoltaica.

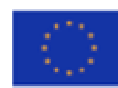
O sistema de telecomunicações fixas e móveis cobre quase toda a zona. A internet é acessível pela comunicação móvel a custos ainda muito elevados e as estruturas fixas não cobre ainda toda a zona. A parceria do GAL perspectiva o alargamento do projecto Algarve digital a estas zonas rurais.

Quanto a outros serviços, verifica-se já uma boa cobertura em termos educacionais, quer ao nível do ensino básico quer do secundário. A maior dificuldade reside na situação de relativo isolamento em que se encontra parte das escolas primárias ainda não encerradas. A rede pré-escolar tem também aumentado significativamente, sendo nalgumas localidades complementada, ou suprida a sua falta, por unidades de Educação Itinerante. É de referir, igualmente, a crescente cobertura da zona em termos da prestação de cuidados aos idosos: os lares e os centros de dia têm-se multiplicado, podendo prever-se a total cobertura a curto/médio prazo.

No campo da saúde, existem postos médicos nas sedes de freguesia. No entanto, as grandes estruturas hospitalares estão todas fora da zona, o que obriga a grandes deslocações.

Quanto às infraestruturas de lazer e desportivas, a cobertura é bastante razoável, dispondo todas freguesias de pelo menos um recinto polidesportivo. Em termos de lazer, existem já algumas áreas ordenadas para o efeito e diversos parques de merendas.

Quanto à aprendizagem ao longo da vida, existem vários Centros Novas Oportunidades a operar na zona, que realizam o processo de reconhecimento, validação e certificação de competências. Embora não estejam apurados os dados relativos ao número de pessoas certificadas ou em processo de reconhecimento, o objectivo é certificar ao nível de Secundário todas as que tenham condições e aptidão.





## *Estratégia para o Interior do Algarve Central*

O interior do Algarve Central, de Silves a Tavira, do Barrocal à Serra, é uma área com inúmeros recursos a valorizar, mas que apresenta também debilidades significativas.

Em termos de recursos são de relevar a beleza natural, a biodiversidade, a amenidade do clima, uma rica tradição de produção artesanal, nomeadamente de transformação agroalimentar, a vivacidade de uma cultura diferenciadora. Estes aspectos positivos são contrabalançados, no entanto, pela realidade de uma população envelhecida e pouco qualificada. E, consequentemente, pela falta de capacidade de empreender e fraca actividade económica, na base de um continuado êxodo rural ou, mais recentemente, da procura de trabalho na zona litoral e nas cidades mais próximas, remetendo toda a área para a função de um extenso dormitório. Assim, a articulação do interior com o litoral realiza-se sob o signo da completa subordinação.

Mas a proximidade do litoral pode significar uma oportunidade de desenvolvimento, no caso de se saber explorar complementaridades e potenciar sinergias.

A viragem no sentido de uma articulação com o litoral positiva e mutuamente enriquecedora vai requerer a mobilização dos elementos residentes mais activos e empreendedores e a capacidade de atrair agentes exteriores, dinâmicos e qualificados – pessoas, empresas e instituições – para uma intervenção concertada em prol da dinamização do território. Esta constatação reconhece que o interior não reúne, só por si, a massa crítica necessária à inversão do actual processo de desertificação humana, de estagnação económica e de subordinação social e cultural.

A par da associação da capacidade de iniciativa interna e da capacidade de iniciativa vinda do exterior, vai ser preciso aliar tradição e modernidade: valorizando as produções artesanais através dos contributos da ciências e tecnologia e introduzindo a produção inovadora de bens e de serviços, nomeadamente na área das energias alternativas e das soluções tecnológicas sustentáveis. O mesmo será dizer que a tradição tem de ser encarada como ponto de partida, imprescindível e diferenciador, mas não como ponto de chegada.

Em simultâneo, o desenvolvimento do território só poderá resultar de uma dinâmica que combine, intimamente, dinamização económica e qualidade de vida, sendo a primeira condição necessária à produção da segunda e fornecendo a segunda, múltiplas oportunidades de negócio.

Neste entendimento, propomos cinco grandes **Orientações estratégicas**:

1. Mobilização de agentes internos e externos ao território para o lançamento de iniciativas e implantação de actividades económicas na área de intervenção, na óptica da criação de uma rede mais densa e diversificada de empresas e da emergência de iniciativas empresariais inovadoras e qualificadas, especialmente na área das energias alternativas e das soluções tecnológicas sustentáveis;
2. Capacitação e qualificação dos agentes promotores de iniciativas e projectos, internos e externos, nomeadamente os que invistam a sua energia e criatividade na área económica, sem esquecer, contudo, os que intervenham nas áreas social e recreativo-cultural;
3. Acolhimento, enquadramento e apoio às actividades e iniciativas empresariais, no sentido de assegurar a sua viabilidade económica, articulação em rede, enraizamento territorial e assunção de uma postura de responsabilidade social por parte dos seus dirigentes;





4. Promoção da melhoria do quadro de vida, com benefício directo para residentes e visitantes e criação de condições mais propícias ao desenvolvimento de actividades económicas;
5. Criação e aprofundamento de uma dinâmica de cooperação interinstitucional, que se traduza na constituição e funcionamento regular de instâncias com funções ao nível da divulgação, gestão, enquadramento e avaliação da intervenção.

A mobilização de agentes, internos e externos, para investirem no lançamento e consolidação de projectos e iniciativas empresariais, vai requerer a acção sistemática e concertada de um leque alargado de entidades:

- as que integram o GAL, que terão de realizar esse esforço dentro do território e fora dele junto dos seus respectivos públicos (as populações dos concelhos, para as Câmaras; os respectivos filiados e as entidades congéneres com que articulam, para as associações de empresários, de produtores florestais, de produtores de gado e de artesãos; os sócios no caso das duas empresas e da Globalgarve; os docentes e discentes, para a Universidade e para as escolas profissionais; os clientes no caso da Caixa de Crédito Agrícola);
- as que se agrupam nas Comissões Locais de Freguesia (ao nível de cada freguesia, a respectiva Junta, Associações e outras entidades locais), que já foram envolvidas na fase de diagnóstico e serão chamadas a desempenhar uma função de acompanhamento e apoio à intervenção no seu território.

Este processo de mobilização contará ainda, no que diz respeito aos actores residentes no território de intervenção, com o contributo inestimável de uma rede de Técnicos de Animação Local (que será referida mais detalhadamente no ponto seguinte).

A Universidade do Algarve irá desempenhar um papel extremamente importante no processo de mobilização, ao captar e orientar finalistas e ex-estudantes já formados (das áreas do turismo, gestão, engenharia alimentar, recursos naturais e outras) para o lançamento de projectos empresariais no interior.

Para que as entidades anteriormente referidas possam dar o seu contributo à estratégia de mobilização de agentes económicos, do território ou do exterior, vai ser necessário garantir que todas acedem a informação operacional em tempo útil e que todas podem participar no planeamento estratégico, gestão e avaliação da intervenção (embora a dois níveis distintos de responsabilidade). Caberá à Entidade Gestora, em articulação com os restantes elementos do GAL, criar as condições (em termos de dispositivos e de normas de funcionamento) para que isso seja possível e aconteça.

Felizmente, a metodologia LEADER aposta na constituição de órgãos de acompanhamento e gestão, prevê a adopção de uma estratégia de informação e comunicação e favorece a aposta numa dinâmica de animação territorial, dispondo-se a financiar o funcionamento do GAL e a componente de qualificação, divulgação e animação.

A mobilização de promotores será secundada por um processo paralelo de facilitação do acesso a crédito por parte dos que dele careçam (particularmente os mais jovens e as mulheres), através do estabelecimento de acordos de cooperação com a Banca.

Por outro lado, os Municípios vão prosseguir uma política de apoio à construção de habitação a preços controlados, que favoreça a fixação por parte de jovens que queiram permanecer ou dos que queiram vir residir para o território.







Convém sublinhar, ainda, que a promoção da actividade económica (no quadro das explorações agrícolas ou fora delas) será sempre orientada para a criação, ampliação ou diversificação de entidades empresariais autónomas, viáveis e articuladas, territorial e sectorialmente

A capacitação e qualificação dos promotores remeterão para a organização de actividades de formação e de formação-acção, dirigidas a promotores de projectos, nomeadamente de carácter económico, centradas no processo de concepção, planeamento e preparação do lançamento das suas iniciativas.

A estratégia não repousará, apenas, na existência de portadores de projectos com ideias claras e decisões tomadas, apostará, igualmente, na sua “produção”, ou melhor na sua “revelação”, através de processos formativos concebidos e organizados especificamente para atingir esse resultado, a desenvolver com o contributo da Universidade do Algarve.

As actividades formativas previstas constituirão o primeiro momento do processo de capacitação, que se prolongará através das formas de apoio, consultoria e enquadramento referidos na orientação que se segue.

Estão igualmente previstas acções de formação dirigidas a técnicos e responsáveis das entidades que integram o GAL ou as Comissões Locais de Freguesia, com o objectivo de permitir a produção e o aprofundamento de competências requeridas pelo enquadramento gestão e avaliação da intervenção, e a emergência de uma visão partilhada que favoreça a apropriação e sustentação da dinâmica de desenvolvimento.

A intervenção estender-se-á, ainda, à qualificação das entidades do 3º sector, nomeadamente às IPSS, articulando esta orientação com a relativa à melhoria do quadro de vida, ao garantir um acréscimo de qualidade nos serviços prestados às populações residentes.

Uma parte destas acções far-se-á no quadro da intervenção (Subprograma 3 do PRODER), mas também se irá recorrer ao POPH e a outros instrumentos programáticos.

O acolhimento, enquadramento e apoio técnico a actividades empresariais assentará em dois tipos de dispositivos conectados:

- um Centro Rural para a Inovação Algarve Interior (CRAI), constituído por um conjunto de pólos espalhados por todo o território e conectados em rede. Estes pólos estarão associados aos Municípios, que lhes garantem cobertura institucional e apoio logístico, e articulados tecnicamente com a Universidade do Algarve. Cada pólo visará (1) providenciar acolhimento físico a iniciativas empresariais (pequenos ninhos de empresas), (2) fornecer apoio técnico às empresas que acolhe e às empresas existentes no seu círculo territorial, (3) favorecer a articulação entre as diferentes actividades empresariais do mini-território de actuação (entre alojamento, restauração e animação turística, entre estas empresas e a produção agroalimentar e artesanal de bens decorativos, etc.), (4) promover a integração das empresas em redes mais alargadas (territoriais ou sectoriais), (5) fomentar a aproximação entre as empresas e as entidades do sector social, num processo de responsabilização social das empresas e (6) apoiar uma estratégia de articulação da produção (de bens e serviços) do território com o mercado e as dinâmicas do litoral.

O funcionamento dos pólos contará com a actuação dos agentes referidos no ponto seguinte, bem como com a contribuição de diversos Serviços Públicos (Agricultura, Emprego, Segurança Social, etc.), de estruturas privadas que queiram participar (como as associações de empresários e de produtores) e da Autarquia Municipal respectiva, que para o efeito

7





assegurarão prestações especializadas, a cargo de recursos humanos com perfil técnico adequado.

(A associação a uma dinâmica PROVERE irá permitir dotar estes pólos de uma componente de formação, investigação, experimentação, demonstração e transferência tecnológica);

- uma rede de Técnicos de Animação Local, enquadrada pela Entidade Gestora, em colaboração estreita com as seis Câmaras Municipais do território, garantindo aos promotores e empresários apoio e enquadramento de proximidade e actuando a partir dos pólos anteriormente referidos, de modo a aprofundar a sua acção e a alargar a sua área de influência. (Esta vertente será financiada, essencialmente, através do PRODER –Subprograma 3).

Relativamente às unidades de alojamento (dentro ou fora das explorações agrícolas), os promotores terão de assumir o cumprimento de uma carta de qualidade, a estabelecer e gerir por uma estrutura integrada pelas Autarquias, a Direcção Regional de Agricultura, a Universidade e a própria Associação In Loco. A carta de qualidade integrará parâmetros variados: entre outros, qualidade dos serviços, integração da cultura local, aliança entre tradição e inovação, sustentabilidade energética.

Relativamente à comercialização dos produtos locais apostar-se-á na venda de proximidade (na exploração e no território de intervenção), na exploração do potencial do mercado do litoral algarvio e na penetração em mercados exteriores à região. Serão ainda privilegiadas formas de comercialização inovadoras (circuitos de distribuição directa, comércio electrónico, etc.) e carismáticas (lojas “gourmet”, espaços que associam a comercialização e o consumo cultural, etc.).

A melhoria do quadro de vida apontará para a criação de serviços e para a valorização do património material e imaterial, numa perspectiva de garantir, em simultâneo, benefícios para as populações residentes e criação de um ambiente favorável à dinamização das actividades económicas.

Um pólo tecnológico, que acolhe e apoia iniciativas empresariais e as articula com o sector social, e a requalificação de um parque de merendas, que se integra numa rota de animação turística, constituem dois bons exemplos da dupla utilidade visada por esta orientação estratégica.

A dinâmica de cooperação interinstitucional:

- assenta na constituição de um GAL alargado e representativo e na criação das Comissões Locais de Freguesia;
- aprofunda-se com a implicação das entidades que integram estas instâncias no diagnóstico inicial e na concepção e validação da actual Estratégia Local de Desenvolvimento;
- deverá consolidar-se através de uma prática de gestão participada da intervenção, tornada possível por uma estratégia de informação e comunicação eficiente, por uma política de capacitação de técnicos e responsáveis e por um processo de animação e mobilização de todas as entidades envolvidas.

O GAL assegura uma cobertura territorial e sectorial alargada, como o comprova a sua constituição: 6 Câmaras Municipais, 4 associações empresariais (ANJE, CEAL, NERA e AIEC), 2 associações de produtores florestais (da Serra do Caldeirão e das Serras do Barlavento Algarvio), 2 associações de produtores de gado (ANCCRAL e ASCAL), 2 associações de artesãos (ASTA e ARTE XELB), 2 grandes empresas (Cooperativa de Produtores de Azeite de Santa Catarina e Sociedade Agrícola e Industrial do Algarve), 2 Escolas Profissionais (Cândido Guerreiro e de Agricultura do Algarve),





Universidade do Algarve, Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve - Almagem, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Algarve e Associação In Loco.

Complementarmente, as Comissões Locais de Freguesia garantem a difusão fina da informação e a mobilização abrangente de todos os segmentos da sociedade ao nível do território de intervenção.

Estas parcerias deverão dotar o território da capacidade de mobilizar agentes e actores locais e de gerir o Subprograma 3 do PRODER, mas também de aproveitar da melhor forma os restantes instrumentos programáticos à disposição e de os articular entre si para responder às necessidades de financiamento existentes.

Neste quadro, a ELD visa os seguintes **Objectivos Estratégicos**:

- Promover a sustentabilidade territorial do interior do Algarve Central, através do adensamento, diversificação e qualificação das actividades económicas e da criação de emprego, promovendo uma efectiva melhoria da qualidade de vida das populações;
- Promover a sustentabilidade territorial do interior do Algarve Central, através da efectiva melhoria da qualidade de vida das populações;
- Informar e capacitar as entidades do território com vista à criação de uma dinâmica de desenvolvimento territorial e ao estabelecimento de formas de governança participadas e eficientes

Estes objectivos estratégicos desdobram-se em seis **Objectivos Específicos**, a saber:

1. Apoiar a diversificação económica das explorações agrícolas;
2. Estimular e apoiar a criação e desenvolvimento de empresas;
3. Fomentar a criação e desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer;
4. Qualificar o património rural, construído e imaterial;
5. Ampliar a oferta de serviços básicos às comunidades locais;
6. Informar e capacitar as entidades associadas ao enquadramento da intervenção e os promotores de projectos.

Os objectivos específicos, por sua vez, declinam-se em múltiplos **Objectivos Operacionais**:

1. Apoiar a diversificação económica das explorações agrícolas
  - Promover a criação, ampliação ou qualificação de alojamento turístico, potenciando as actividades produtivas da exploração;
  - Promover a criação, diversificação e qualificação de oferta de animação turística, de animação pedagógica e de recreação, articulando-a com as actividades desenvolvidas pela exploração;
  - Promover a criação, ampliação ou diversificação de unidades de transformação agroalimentar, assegurando a valorização das produções primárias da exploração;





- Promover a criação de postos de venda que permitam escoar em condições favoráveis as produções da exploração e de outras explorações ou unidades produtivas locais;
2. Estimular e apoiar a criação e desenvolvimento de empresas;
- Promover a criação, ampliação e diversificação de empresas, produtivas, comerciais ou de serviços, de modo a garantir resposta adequada às necessidades das populações residentes e de visitantes;
  - Promover a criação de empresas apostadas na comercialização dos produtos locais (bens e serviços) junto dos segmentos de mercado mais convenientes (no território, no litoral e fora da região);
  - Promover a criação, ampliação e diversificação de empresas, produtivas, comerciais ou de serviços, em áreas inovadoras, nomeadamente associadas a energias alternativas e a soluções tecnológicas sustentáveis;
  - Promover a incorporação de energias alternativas e/ou soluções tecnológicas sustentáveis em empresas do território, a criar ou já existentes;
  - Promover a criação, ampliação e qualificação de empresas de restauração, procurando assegurar uma boa cobertura do território de intervenção;
3. Fomentar a criação e desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer
- Promover a criação, ampliação ou qualificação de alojamento turístico, procurando assegurar uma boa cobertura de todo o território de intervenção;
  - Promover a criação, diversificação ou qualificação de oferta de animação turística, procurando garantir uma boa cobertura geográfica e a existência de um leque de actividades rico e variado;
4. Qualificar o património rural, construído e imaterial
- Promover a qualificação do património rural construído, numa óptica de benefício directo para as populações e de criação de condições para o desenvolvimento de actividades de carácter turístico;
  - Promover a recolha, tratamento e valorização do património imaterial mais significativo, na dupla perspectiva da sua utilização pelas populações residentes e de potenciação de actividades de carácter turístico;
5. Ampliar a oferta de serviços básicos às comunidades locais
- Promover a criação ou adaptação e equipamento de pólos do Centro Rural de Inovação Algarve Interior, destinados a acolher, enquadrar e apoiar a actividade empresarial e empreendedora, procurando assegurar uma cobertura territorial equilibrada;
  - Promover a criação ou adaptação e equipamento de outros serviços de apoio às populações, procurando garantir a sua distribuição equitativa pelo território de intervenção;
6. Informar e capacitar as entidades associadas ao enquadramento da intervenção e os promotores de projectos
- Criar/fazer funcionar dispositivos e conceber/difundir instrumentos de informação sobre a estratégia, a implementação, a gestão e a avaliação da intervenção, dirigidos às entidades associadas ao enquadramento e aos promotores de projectos;
  - Conceber e organizar acções de capacitação que respondam às necessidades concretas das entidades associadas ao enquadramento, em termos de planeamento, gestão e avaliação da intervenção, e dos promotores, em termos de concepção e implementação dos seus projectos.





## ***Repartição financeira***

Em termos de repartição financeira, propomos que a dotação existente para as duas Medidas de Dinamização da Actividade Económica e de Promoção da Qualidade de Vida seja distribuída equitativamente entre ambas, ou seja, 40% para cada uma delas.

Esta afectação compreende-se tendo em conta a lógica subjacente à estratégia delineada – as duas medidas são complementares e mutuamente potenciadoras: os projectos apostados na melhoria da qualidade de vida também devem criar condições mais favoráveis para o desenvolvimento de actividades económicas e os projectos de dinamização económica são pensados como contributos essenciais para a melhoria da qualidade de vida, num território que a maioria das pessoas tem de abandonar diariamente para ir trabalhar.

No interior da Medida de Dinamização Económica, a verba existente deve ser repartida do seguinte modo: 30% para a Diversificação económica na Exploração Agrícola, 40% para a Criação de Micro-empresas e 30% para o Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer.

O montante atribuído à Medida de Qualidade de Vida, será distribuído em partes iguais pelos Serviços à População (50%) e pela Valorização do Património Rural (50%).





## Orçamentos

### Plano Financeiro por Medidas e Fontes de Financiamento para o Período de 2007-2013

MEDIDAS E ACÇÕES DO PRODER	FEADER		DESPESA PÚBLICA (FEADER+MADRP)		DESPESA PRIVADA		CUSTO TOTAL		TAXAS DE COMPARTICIPAÇÃO	
	euros	%	euros	%	euros	%	euros	%	2/4	4/8
									%	
<b>3.1</b>	<b>2.180.158,48</b>	<b>40,00%</b>	<b>2.725.198,10</b>	<b>40,00%</b>	<b>3.149.117,80</b>	<b>69,80%</b>	<b>5.874.315,90</b>	<b>51,87%</b>	<b>80,00%</b>	<b>46,39%</b>
3.1.1	654.047,54	12,00%	817.559,43	12,00%	817.559,43	18,12%	1.635.118,86	14,44%	80,00%	50,00%
3.1.2	872.063,39	16,00%	1.090.079,24	16,00%	1.332.319,07	29,53%	2.422.398,31	21,39%	80,00%	45,00%
3.1.3	654.047,54	12,00%	817.559,43	12,00%	999.239,30	22,15%	1.816.798,73	16,04%	80,00%	45,00%
<b>3.2</b>	<b>2.180.158,48</b>	<b>40,00%</b>	<b>2.725.198,10</b>	<b>40,00%</b>	<b>1.362.599,05</b>	<b>30,20%</b>	<b>4.087.797,15</b>	<b>36,10%</b>	<b>80,00%</b>	<b>66,67%</b>
3.2.1	1.090.079,24	20,00%	1.362.599,05	20,00%	908.399,36	20,13%	2.270.998,41	20,05%	80,00%	60,00%
3.2.2	1.090.079,24	20,00%	1.362.599,05	20,00%	454.199,68	10,07%	1.816.798,73	16,04%	80,00%	75,00%
<b>3.3 (3.1 + 3.2)</b>	<b>4.360.316,95</b>	<b>80,00%</b>	<b>5.450.396,20</b>	<b>80,00%</b>	<b>4.511.716,85</b>	<b>100,00%</b>	<b>9.962.113,05</b>	<b>87,97%</b>	<b>43,77%</b>	<b>54,71%</b>
<b>3.5</b>	<b>1.090.079,24</b>	<b>20,00%</b>	<b>1.362.599,05</b>	<b>20,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>1.362.599,05</b>	<b>12,03%</b>	<b>80,00%</b>	<b>100,00%</b>
- Funcionamento do GAL	654.047,54	12,00%	817.559,43	12,00%	0,00	0,00%	817.559,43	7,22%	80,00%	100,00%
- Aquisição de Competências e animação	436.031,70	8,00%	545.039,62	8,00%	0,00	0,00%	545.039,62	4,81%	80,00%	100,00%
<b>Orçamento TOTAL ELD ...</b>	<b>5.450.396,19</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.812.995,24</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.511.716,85</b>	<b>100,00%</b>	<b>11.324.712,10</b>	<b>100,00%</b>	<b>48,13%</b>	<b>60,16%</b>





*Plano Financeiro anualizado*

	FEADER		DESPESA PÚBLICA		DESPESA PRIVADA		CUSTO TOTAL		TAXAS DE PARTICIPAÇÃO	
	euros	%	euros	%	euros	%	euros	%	2/4	4/8
									%	
<b>2008</b>	23.358,84	0,43%	29.198,55	0,43%		0,00%	29.198,55	0,26%	80,00%	100,00%
<b>2009</b>	973.765,67	17,87%	1.217.207,09	17,87%	789.550,45	17,50%	2.006.757,54	17,72%	80,00%	60,66%
<b>2010</b>	1.082.773,59	19,87%	1.353.466,99	19,87%	902.343,37	20,00%	2.255.810,36	19,92%	80,00%	60,00%
<b>2011</b>	1.191.781,52	21,87%	1.489.726,89	21,87%	1.015.136,29	22,50%	2.504.863,19	22,12%	80,00%	59,47%
<b>2012</b>	1.082.773,59	19,87%	1.353.466,99	19,87%	902.343,37	20,00%	2.255.810,36	19,92%	80,00%	60,00%
<b>2013</b>	1.095.942,98	20,11%	1.369.928,72	20,11%	902.343,37	20,00%	2.272.272,09	20,06%	80,00%	60,29%
<b>Orçamento TOTAL ELD .....</b>	<b>5.450.396,19</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.812.995,24</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.511.716,85</b>	<b>100,00%</b>	<b>11.324.712,10</b>	<b>100,00%</b>	<b>80,00%</b>	<b>60,16%</b>





### Níveis de ajuda previstos no âmbito da Estratégia Local de Desenvolvimento

Medidas e Acções	Base da ELD	Base da Acção	Níveis de Investimento	Níveis de Apoio	Postos de Trabalho	Beneficiários	
<b>3.1 Diversificação da Economia e Criação de Emprego</b>							
3.1.1 Diversificação de actividades na Exploração Agrícola	40%	30%	= > 5.000 € < 25.000€	até 40%	0	Agricultor ou membro do seu agregado familiar	
					até 50%		=> 1
					até 40%		0
			40%	> 25.000 € < 200.000 €	até 50%	= 1	Empresas < de 10 trabalhadores e volume de negócios = < a 2.000.000 €/ano
3.1.2 Criação e Desenvolvimento de Microempresas					até 60%	=> 2	
					até 30%	0	
			30%	= > 5.000 € < 25.000€	lim. max 50%	=> 1	Qualquer pessoa singular ou colectiva de direito privado
3.1.3 Desenvolvimento de actividades de Turismo e Lazer					até 30%	0	
					até 40%	= 1	
			> 25.000 € < 200.000 €	até 50%	=> 2		
<b>3.2 Melhoria da Qualidade de Vida</b>							
3.2.1 Conservação e Valorização do Património	40%	50%	= > 5.000 € < 200.000 €	até 60%	n/c	Qualquer pessoa singular ou colectiva de direito privado, ou Autarquias	
3.2.2 Serviços Básicos à População		50%	= > 5.000 € < 200.000 €	até 75%	n/c	Parcerias privadas, Parcerias (públicas =< 50% + privadas), IPSS e ONG	
<b>3.5 Funcionamento do GAL</b>							
3.5.1 Despesas de Funcionamento do Gal	20%	60%		100%		GAL	
3.5.2 Aquisição de Competências e Animação		40%		100%		GAL	







## ***Caracterização das áreas temáticas objecto de intervenção***

O território apresenta, actualmente, um panorama que pode ser caracterizado em função dos eixos estratégicos que serão trabalhados mais em profundidade pela ELD:

- Produtos locais,
- Turismo sustentável,
- Energias renováveis e soluções alternativas,
- Diversificação do tecido empresarial,
- Riqueza patrimonial,
- Diversificação e qualificação dos serviços,
- Articulação do território com o litoral,
- Capacitação das entidades e dos actores e agentes do território.

### Produtos locais

O território conta com a existência de um conjunto de produtos tradicionais de grande qualidade e especificidade, na sua maioria resultantes de processos de transformação de pequena escala, de base familiar, integradas em explorações agrícolas. Há, no entanto, algumas unidades produtivas autónomas de maior dimensão.

São de relevar os produtos agroalimentares (mel, aguardente de medronho, licores, doces e compotas, pão, enchidos, queijo, plantas aromáticas, medicinais e condimentares, azeitonas tratadas, etc.).

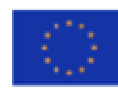
Não podem igualmente ser esquecidas as produções artesanais não comestíveis (tecidos e outras peças de tecelagem, bordados, cerâmica, azulejos, objectos de cortiça, de ferro, de couro e de pedra, produtos de cestaria, etc.).

Destaque merece ainda a transformação do sector corticeiro (produção de rolhas, de aglomerados e, mais recentemente, de propostas muito inovadoras de peças de decoração, vestuário e acessórios).

Embora representem uma fonte de rendimento significativa para as pessoas e famílias do território, nomeadamente para as que residem nas áreas mais serranas e continuam a funcionar numa lógica de pluriactividade, quase todas estas produções partilham uma situação marcada por factores negativos e limitantes: baixa qualificação postura pouca empreendedora dos produtores, não conformidade com as exigências legais (nomeadamente, em termos de higiosanidade), dificuldade de acesso a circuitos de comercialização valorizadores, e em alguns casos não legalização da actividade.

Há que dizer, no entanto, que nos últimos anos se tem vivido um processo de qualificação dos produtores e das unidades produtivas, que se traduz no licenciamento das unidades, na melhoria e modernização das instalações, na aplicação das normas de HACCP, no aumento da qualidade intrínseca dos produtos, na diversificação da oferta (com o aparecimento de produtos inovadores), no investimento em embalagens e material promocional, na procura de formas de comercialização mais adequadas.

O que se pretende é reforçar e aprofundar este processo, modernizando e renovando o sector, nomeadamente através da integração de jovens qualificados que aprofundem o processo de articulação do saber científico e tecnológico com os saberes-fazer tradicionais.





## Turismo sustentável

O território apresenta de momento uma situação que pode ser caracterizada do seguinte modo:

- oferta de alojamento turístico incipiente e geralmente pouco qualificada, se exceptuarmos os casos de TER (em que as unidades existentes se contam pelos dedos de uma mão) e mais meia dúzia de casos que não têm essa classificação mas correspondem a padrões de qualidade idênticos;
- oferta de restauração importante em termos quantitativos mas ainda deficiente em termos qualitativos;
- oferta diminuta de animação turística;
- deficiente articulação entre as ofertas de alojamento, restauração e animação turística;
- quase ausência de articulação das actividades turísticas com a actividade produtiva do território, nomeadamente com os agricultores, transformadores agroalimentares e produtores artesanais;
- insuficiente articulação da oferta existente no interior com as actividades empresariais turísticas do litoral;
- ausência de incorporação da oferta do interior nas campanhas de promoção do turismo algarvio.

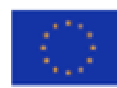
Nos últimos anos, no entanto, têm-se multiplicado os investimentos de promotores privados no sentido de diversificar, qualificar e articular a oferta turística existente, e tem-se assistido a uma aposta das autarquias na criação de infraestruturas de apoio, na valorização do quadro envolvente, na produção de instrumentos de divulgação e no funcionamento de dispositivos promocionais. Alguns municípios estão mesmo a investir na capacitação dos agentes para garantir a qualificação dos serviços que prestam.

Pretende-se reforçar e aprofundar o caminho iniciado, contribuindo para a afirmação do interior como um destino turístico de direito próprio, baseado na sua escala humana, num forte conteúdo cultural e na qualidade ambiental. Sem deixar, no entanto, de explorar e potenciar as complementaridades com a oferta turística do litoral.

## Energias renováveis e soluções alternativas

O território apresenta um enorme potencial a este nível mas muito poucas realizações, se exceptuarmos a instalação de painéis solares em habitações e empreendimentos.

No entanto, o interesse pelas energias renováveis tem-se manifestado com insistência – procura de espaços para campos de eólicas, intenções de criação de micro-hídricas, lançamento de uma central de biomassa, entre outras ideias e iniciativas – e a procura de soluções tecnológicas alternativas tem vindo a crescer – construção de biopiscinas, adopção do saneamento a seco, adesão aos princípios da bioconstrução, instalação de estações de tratamento com plantas, etc. Esta nova postura acaba por se manifestar, também, na organização de acções de sensibilização





e formação, na realização de encontros e seminários e na promoção de feiras e eventos dedicados a esta área temática.

O que se pretende é explorar este filão tão promissor, em termos de criação e de atracção de empresas, de instalação de novos postos de trabalho, de geração de rendimento e de atracção de jovens qualificados.

Para além dos benefícios económicos directos, o crescimento e diversificação desta área contribuirá para a qualificação do território, assegurando-lhe uma imagem de inovação e sustentabilidade, e para a diminuição da sua dependência energética - decorrendo dos dois aspectos benefícios económicos indirectos.

A consolidação desta vertente será ainda responsável pela preservação, e até mesmo pela melhoria da qualidade ambiental do território.

### Diversificação do tecido empresarial

O território apresenta hoje um conjunto variado de microempresas, em quase todos os sectores de actividade. A sua permanência atesta a resiliência de uma população que teima em permanecer e, se possível, em ganhar a vida no território, fornecendo aos seus pares bens e serviços de utilidade.

No entanto, a maior parte das empresas existentes é pouco competitiva e inovadora, limitando-se a sobreviver numa situação de concorrência feroz por parte das empresas situadas no litoral. Aguentar significa, muitas vezes, recorrer ao sobretrabalho, a mão de obra não devidamente legalizada e a prestações não formalizadas.

O que se pretende é adensar, diversificar e consolidar o tecido empresarial, procurando aproveitar da melhor forma nichos de mercado, vantagens competitivas (como a proximidade, geográfica e cultural, aos públicos potenciais) e segmentos específicos do público consumidor (por exemplo, os estrangeiros que só passam no território parte do ano e carecem de serviços de manutenção e vigilância para as suas casas),

Esta vertente pode gerar rendimento, garantir a instalação de novas empresas, promover a criação de postos de trabalho, assegurar a atracção de jovens e contribuir para a criação de um tecido empresarial estruturado e coeso, capaz de oferecer um leque muito diversificado de produtos e serviços a habitantes e visitantes, permitindo-lhes furtar-se a uma dependência completa relativamente ao litoral e a alguns aglomerados urbanos.

### Riqueza patrimonial

O território dispõe de um conjunto variado de elementos patrimoniais de grande interesse, quer ao nível do património construído (igrejas, calçadas e vias, construções ligadas à água, fornos, megalitos, etc.), quer ao nível do património imaterial (gastronomia, literatura de tradição oral, cantares, danças, rezas, utilizações tradicionais das plantas autóctones, entre outras manifestações).

Nas duas últimas décadas, as autarquias e também muitas entidades da sociedade civil, e até muitas pessoas a título individual, têm investido recursos materiais, técnicos e humanos importantes, e têm mobilizado o seu engenho e poder criativo, na recolha, tratamento,





interpretação, reformulação e disponibilização de muitos destes tesouros, numa tentativa de preservar a memória colectiva e de recriar a identidade cultural.

Grande parte deste património tem vindo a ser associado a actividades de carácter turístico, contribuindo para reforçar a capacidade de atracção de visitantes, e está a contribuir, inquestionavelmente, para a melhoria do quadro de vida e para a promoção da auto-estima das populações.

Esta área temática tem de continuar a constituir uma prioridade, na certeza do importante contributo que pode dar à dinamização económica do território e à melhoria da qualidade de vida dos habitantes do território.

### Diversificação e qualificação dos serviços

O território tem já uma oferta de serviços apreciável no tocante ao apoio a crianças, idosos e famílias. As autarquias têm apoiado as instituições que garantem o fornecimento destes serviços numa lógica de solidariedade social. E também têm procurado responder, minimamente, às necessidades de transporte das populações mais isoladas, disponibilizando uma viagem semanal para os habitantes não servidos pelas carreiras públicas.

No entanto, ainda há crianças, idosos e famílias sem atendimento e a mobilidade continua a ser muito deficiente.

É e sublinhar, igualmente, que a maior parte dos serviços ainda não se encontra capaz de responder às normas de qualidade que estão a ser implementadas pela Segurança Social.

Por outro lado, não existe oferta de serviços em áreas de actuação essenciais, como o ambiente e o apoio às microempresas.

A intervenção, e a sua prossecução subsequente, deve assegurar a diversificação, consolidação e qualificação dos serviços, numa lógica de fornecimento de respostas adequadas e inovadoras às necessidades existentes, de criação de posto de trabalho estáveis e remuneradores, de promoção da qualidade de vida dos vários segmentos da população e das comunidades em geral.

Um particular destaque merece a intenção de criar o Centro Rural para a Inovação do Algarve Interior (CRIA), constituído por um conjunto de pólos conectados em rede e articulados com a Universidade do Algarve, e preparados para assumir uma grande diversidade de funções, do acolhimento de microempresas, ao apoio e consultoria aos empresários da sua áreas, passando pela difusão de informação e demonstração tecnológica.

### Articulação do território com o litoral

A situação actual pode ser caracterizada pela articulação em regime de subordinação: o interior fornece ao litoral mão de obra, muita dela suficientemente adaptável à sazonalidade das prestações que lhe são propostas; o litoral utiliza o interior como uma espécie de pátio das traseiras para a sua indústria turística de massas. O interior consome e abastece-se no litoral, e frequentemente aí se diverte; o litoral só agora começa a valorizar devidamente os produtos que o interior tem para oferecer.

A aposta passa pela promoção de uma articulação com vantagens mútuas, resultante da potenciação de complementaridades e de sinergias. O litoral também pode fornecer gente ao





interior, à semelhança do que se começou a passar com a instalação de Escolas Profissionais no território serrano, com a instalação de alunos e docentes em freguesias do interior. O litoral tem de constituir um mercado de proximidade para os produtos locais de qualidade da Serra do Caldeirão. Devem surgir produtos turísticos que associem componentes centradas no sol e praia do litoral e estadias e actividades realizadas no interior. As campanhas promocionais do Algarve têm de incorporar o território do interior, bem como a sua oferta de produtos e de serviços.

A manutenção de um interior vivo e criativo, a preservação do seu ambiente natural, constituirá um enorme contributo para a sustentabilidade social e ecológica da região e nomeadamente do litoral.

### Capacitação das entidades e dos actores e agentes do território

As entidades, agentes e actores do território apresentam-se como uma realidade ambivalente: a abertura e desejo de capacitação e qualificação e a adesão a processos e posturas inovadoras, são contrabalançados por movimentos e tendências inversas para a reactividade, o imobilismo e a manutenção de formas de actuação mais conservadoras.

As intenções manifestas de adesão a processos sociais e políticos de participação e as experiências concretas já ensaiadas nestes domínios, vão de par com práticas de gestão muito pouco abertas ao envolvimento efectivo e criativo dos cidadãos.

Ao nível dos potenciais promotores de projectos a consciência da necessidade de qualificação e de assunção de posições mais empreendedoras coexiste, frequentemente, com a não afectação reiterada de tempo e recursos significativos à produção e aprofundamento de competências.

O que se pretende estabilizar com a estratégia proposta é um processo contínuo e continuado de qualificação de promotores, que os capacite para o lançamento de projectos viáveis e criativos, e de qualificação de entidades, ao nível dos seus responsáveis e técnicos, para um exercício de governança participado e eficiente.





## Diagnóstico do Território

### Objectivos estratégicos para a diversificação da economia e para a melhoria da qualidade de vida no território (Análise Swot)

Domínios (áreas temáticas)	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças	Objectivos Estratégico
<b>Produtos locais</b>	<p>Existência de produtos locais diferenciados e de qualidade reconhecida</p> <p>Existência de um rico património de saberes (tradicional, científicos e tecnológicos) sobre os produtos tradicionais e os processos produtivos</p> <p>Prática consolidada de articulação entre a Direcção Regional de Agricultura, a Universidade do Algarve, a Associação In Loco e outras entidades ao nível da investigação-acção centrada na valorização dos produtos locais</p>	<p>Idade elevada e baixa qualificação da maioria dos produtores tradicionais</p> <p>Número reduzido das unidades produtivas licenciadas e devidamente adaptadas às exigências legais</p> <p>Insuficiente articulação dos produtores com a oferta turística do território</p> <p>Fraca penetração dos produtos nos estabelecimentos (hoteleiros, de restauração e comerciais) do litoral</p> <p>Dificuldade de penetrar em circuitos de comercialização internacionais as pequenas produções locais de grande qualidade</p>	<p>Procura crescente de produtos locais de qualidade por parte de consumidores específicos</p> <p>Aparecimento de lojas e de espaços comerciais inovadores especializados neste tipos de produtos</p> <p>Aposta das Autarquias e de vários serviços regionais na promoção dos produtos locais e na manutenção das unidades produtivas, enquanto elementos essenciais da identidade dos territórios</p> <p>Revitalização e modernização das actividades produtivas tradicionais, através da incorporação de novos saberes (científicos e tecnológicos)</p> <p>Atração de jovens qualificados para o exercício de actividades produtivas tradicionais modernizadas e refuncionalizadas</p>	<p>Controlo coercivo e pouco pedagógico das unidades produtivas e de empresas associadas, realizado por alguns organismos de enquadramento</p> <p>Descrença dos produtores relativamente à viabilidade das suas unidades</p> <p>Dificuldade de atrair jovens qualificados oriundos do território, quando os seus familiares podem ser os primeiros a dissuadi-los</p> <p>Tendência dos equipamentos hoteleiros e restaurantes do litoral para se abastecerem em circuitos comerciais em que os produtos locais dificilmente podem penetrar</p>	<p>Promover a sustentabilidade territorial do Interior do Algarve Central através do adensamento, diversificação e qualificação da actividade económica e da criação de emprego</p> <p>Complementarmente: Promover a sustentabilidade territorial do Interior do Algarve Central através da efectiva melhoria da qualidade de vida das populações</p>





Domínios (áreas temáticas)	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças	Objectivos Estratégico
Turismo sustentável	<p>Condições de clima, de biodiversidade, de beleza paisagística, de diferenciação cultural para acolher e sustentar uma oferta turística qualificada, de escala humana e respeitadora do ambiente</p> <p>Existência de alguns excelentes exemplos, em termos de alojamento, de restauração e de animação, que podem funcionar como modelos a propor a novos promotores</p> <p>Capacidade do interior complementar a oferta turística do litoral, contribuindo para a sua qualificação</p>	<p>Insuficiência da oferta existente em termos de alojamento turístico</p> <p>Insuficiência da oferta de animação turística, pedagógica e de recreação</p> <p>Pouca qualificação de grande parte da oferta de restauração existente</p> <p>Deficiente articulação entre as ofertas de alojamento, de restauração e de animação existentes no território</p> <p>Deficiente, e em alguns casos quase inexistente, articulação entre as empresas do sector turístico e as restantes empresas do território, nomeadamente, as unidades de produtos locais</p> <p>Deficiente articulação com as empresas turísticas do litoral que realizam actividades no interior como complemento à sua oferta de base</p>	<p>Atracção de uma franja significativa do público do turismo de massas presente no litoral para actividades de animação e de restauração</p> <p>Transformação do território num destino turístico para um público interessado e disposto a pagar uma oferta mais qualificada, em termos culturais e ambientais</p> <p>Atracção crescente de pessoas que vivem permanentemente na faixa litoral para actividades de animação e restauração, ou mesmo para estadias curtas</p> <p>Criação de pacotes turísticos que articulem componentes realizadas no litoral, com estadias curtas e actividades no território</p>	<p>Transformação do interior num anexo do litoral, completamente subordinado ao seu modelo de desenvolvimento económico e cultural</p> <p>Total dependências das actividades turísticas do interior relativamente às grandes empresas instaladas no litoral</p> <p>Concorrência crescente de outros destinos turísticos do mesmo tipo, mas a preços mais baixos, que começam a emergir fora da Europa.</p>	<p>Promover a sustentabilidade territorial do Interior do Algarve Central através do adensamento, diversificação e qualificação da actividade económica e da criação de emprego</p> <p>Complementarmente: Promover a sustentabilidade territorial do Interior do Algarve Central através da efectiva melhoria da qualidade de vida das populações</p>





Domínios (áreas temáticas)	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças	Objectivos Estratégico
Energias renováveis e soluções alternativas	<p>Condições naturais muito favoráveis à implantação e utilização de energias renováveis</p> <p>Condições sociais e culturais muito propícias à introdução e disseminação de energias renováveis e de soluções tecnológicas alternativas</p> <p>Existência na região de algumas empresas que já trabalham nesta área com evidente sucesso</p> <p>Existência de exemplos de adopção das energias renováveis e de soluções tecnológicas alternativas (por parte de empresas, serviços públicos e autarquias), com sucesso reconhecido</p>	<p>Debilidade do tecido empresarial existente nesta área</p> <p>Reduzido número de pessoas devidamente qualificadas nesta área</p> <p>Necessidade actual de importar grande parte das componentes materiais requeridas pela instalação de energias renováveis e de soluções tecnológicas alternativas</p> <p>Necessidade de recorrer a empresas exteriores à região para assegurar alguns dos segmentos que constituem a estrutura completa desta área em termos de produção, comercialização e prestação de serviços associados</p>	<p>Existência de um público diversificado com apetência e capacidade económica para adoptar e instalar energias renováveis e soluções tecnológicas alternativas</p> <p>Aposta da indústria hoteleira na sua qualificação, nomeadamente através da obtenção de uma imagem de sustentabilidade ecológica</p> <p>Necessidade de as empresas encontrarem soluções alternativas para os actuais custos de energia e para a escassez de água na região</p> <p>Sensibilidade crescente das Autarquias e serviços públicos para a necessidade de adoptar soluções mais sustentáveis em termos de consumo de energia, de gasto de água e de bioconstrução</p> <p>Existência de jovens qualificados e com preocupações ecológicas que podem ser mobilizados para a instalação no território de iniciativas empresariais deste tipo</p>	<p>Deslocalização dos técnicos qualificados nesta área para territórios com maior capacidade de os absorver a curto prazo</p> <p>Opção dos potenciais promotores de projectos por territórios onde possam beneficiar de maiores vantagens competitivas</p> <p>Enquadramento legal e administrativo que pode dificultar e alongar excessivamente a instalação e o licenciamento das empresas inovadoras que operam nesta área</p>	<p>Promover a sustentabilidade territorial do Interior do Algarve Central através do adensamento, diversificação e qualificação da actividade económica e da criação de emprego</p> <p>Complementarmente: Promover a sustentabilidade territorial do Interior do Algarve Central através da efectiva melhoria da qualidade de vida das populações</p>







Domínios (áreas temáticas)	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças	Objectivos Estratégico
Diversificação do tecido empresarial	<p>Economia de base familiar, o que facilita o lançamento e sobrevivência de iniciativas empresariais no período crítico inicial, pelo acesso ao autoconsumo e pelo recurso a mão de obra recrutada no círculo de parentes</p> <p>Desejo de permanência no território por parte de um número crescente de jovens, muitos deles qualificados</p> <p>Muitas das novas empresas a lançar são mais viáveis e a mais curto prazo, uma vez que vêm ocupar lacunas no quadro da estrutura empresarial instalada</p>	<p>Êxodo rural continuado, sobretudo por parte dos mais jovens e dinâmicos</p> <p>Média de idades avançada e baixa qualificação dos empresários</p> <p>Pouca capacidade de empreender em termos empresariais e tendência para assumir uma postura meramente reactiva</p> <p>Morosidade e dificuldade excessiva dos processos de aprovação de projectos e de licenciamento das empresas</p> <p>Permanência de dificuldades e insuficiências em termos infraestruturais (flutuações da corrente eléctrica, limitações no acesso à Internet, pequeno número de parques empresariais, etc.)</p>	<p>Existência de uma população instalada com necessidades de consumo de bens e serviços diversificados, que hoje se vê frequentemente forçada a procurar resposta no exterior</p> <p>Fluxo crescente de visitantes, muitos deles munidos de automóvel, que precisam de aceder a alguns bens e serviços básicos</p> <p>Existência de necessidades que permanecem por satisfazer e que não têm tido resposta na área das prestações sociais</p> <p>Existência de um número significativo de jovens qualificados, muitos deles oriundos do território, que têm dificuldade crescente em inserir-se profissionalmente no litoral</p>	<p>Desvalorização continuada do mundo rural por parte dos meios de comunicação, da escola e da cultura dominante</p> <p>Tendência crescente de grande parte da população para olhar a seu território como um espaço sem viabilidade, nem futuro</p> <p>Despovoamento crescente do território e inviabilização das empresas por inexistência de potenciais consumidores de bens e serviços</p> <p>Mobilização de quase toda a capacidade de consumo para a oferta existente no litoral e em algumas cidades, particularmente para as grandes superfícies instaladas</p>	<p>Promover a sustentabilidade territorial do Interior do Algarve Central através do adensamento, diversificação e qualificação da actividade económica e da criação de emprego</p> <p>Complementarmente: Promover a sustentabilidade territorial do Interior do Algarve Central através da efectiva melhoria da qualidade de vida das populações</p>





Domínios (áreas temáticas)	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças	Objectivos Estratégico
<b>Riqueza patrimonial</b>	<p>Existência de um património rural construído rico e diversificado</p> <p>Existência de um património imaterial muito significativo e de um grande potencial de criação</p> <p>Valorização crescente do património construído e imaterial por parte das populações e das Autarquias</p> <p>Multiplicação das intervenções com vista à preservação e valorização do património construído e imaterial</p>	<p>Abandono a que ainda estão votados alguns elementos do património construído ou imaterial</p> <p>Insuficiente sinalização e enquadramento da visita e descoberta do património construído</p> <p>Insuficiente divulgação do património do território (construído ou imaterial) junto da população e de outros potenciais utilizadores</p> <p>Insuficiente exploração económica de alguns elementos patrimoniais (como, por exemplo, a que pode resultar da sua inclusão em rotas turísticas ou da sua associação a actividades de recreação/pedagógicas)</p>	<p>Melhoria da qualidade de vida da população pelo usufruto de elementos do património construído requalificados</p> <p>Reforço da identidade cultural pelo acesso ao consumo de património imaterial preservado e valorizado.</p> <p>Aumento da capacidade de atrair ao território turistas e públicos muito diversificados</p> <p>Enorme potencial de exploração económica de quase todo o património existente, construído e imaterial</p>	<p>Descaracterização do património construído por intervenções mal concebidas e/ou executadas</p> <p>Degradação material do património construído pela sua utilização mal ou insuficientemente enquadrada</p> <p>Banalização do património imaterial devido a uma exploração ou utilização predadora e folclorizante</p> <p>Perda e/ou diluição da identidade cultural da população do território</p>	<p>Promover a sustentabilidade territorial do Interior do Algarve Central através da efectiva melhoria da qualidade de vida das populações</p> <p>Complementarmente: Promover a sustentabilidade territorial do Interior do Algarve Central através do adensamento, diversificação e qualificação da actividade económica e da criação de emprego</p>





Domínios (áreas temáticas)	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças	Objectivos Estratégico
Diversificação e qualificação dos serviços	<p>Existência de um conjunto significativo de serviços em termos de apoio à infância, às pessoas idosas e às famílias</p> <p>Qualidade humana e técnica apreciável de alguns desses serviços</p> <p>Postura de serviço às pessoas e comunidades por parte de muitos dos responsáveis desses serviços</p> <p>Apoio institucional, financeiro e logístico destes serviços por parte das Autarquias locais</p>	<p>Insuficiência da oferta de serviços às pessoas (por exemplo, em termos de enquadramento de crianças e de apoio aos idosos)</p> <p>Insuficiência de serviços de transporte que facilitem a vida das populações e quebrem a situação de isolamento das que vivem em aglomerados mais pequenos</p> <p>Inexistência de serviços de natureza ambiental (como a limpeza de matos e de cursos de água) de que muito carece o território</p> <p>Inexistência de serviços de apoio às micro-empresas e empreendedores sociais, gratuitos ou a baixo custo</p> <p>Necessidade de qualificação da maior parte dos serviços existentes, que ainda não se encontram preparados para respeitar as exigências de certificação actuais</p>	<p>Permanência de um conjunto variado de necessidades não satisfeitas (de apoio a diferentes grupos da população ou de preservação e valorização do ambiente, entre outras)</p> <p>Crescente capacidade de escolha das famílias e dos idosos relativamente aos serviços, a requerer que estes se qualifiquem e tornem mais atractivos</p> <p>Potencialidade das novas tecnologias em termos de concepção, implementação e funcionamento de alguns serviços especializados</p> <p>Instalação de pólos de apoio à actividade empresarial, com capacidade de acolher pequenas empresas, apoiar os empresários do território e assumir funções de demonstração e experimentação</p>	<p>Separação do universo dos serviços às pessoas em dois campos, de um lado, empresas lucrativas que podem apostar em prestações mais ou menos luxuosas e, do outro, IPSS que se concentram no enquadramento mínimo dos públicos mais desfavorecidos</p> <p>Redução dos serviços de apoio às pessoas à prestação de cuidados de baixo nível técnico e de quase nula qualidade humana</p> <p>Estrangulamento dos orçamentos do Estado para a área social, a pôr em causa a qualidade, ou mesmo a sobrevivência, de muitas das IPSS existentes</p>	<p>Promover a sustentabilidade territorial do Interior do Algarve Central através da efectiva melhoria da qualidade de vida das populações</p> <p>Complementarmente: Promover a sustentabilidade territorial do Interior do Algarve Central através do adensamento, diversificação e qualificação da actividade económica e da criação de emprego</p>





Domínios (áreas temáticas)	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças	Objectivos Estratégico
Articulação do território com o litoral	<p>Forte articulação económica e demográfica entre o território e o litoral da região</p> <p>Grande proximidade geográfica, reforçada pela melhoria das acessibilidades</p> <p>Existência de complementaridades que são potenciadas por uma boa articulação entre os dois territórios</p>	<p>Articulação subordinada do território do Interior do Algarve Central com o litoral algarvio, onde a maior parte da população tem o seu posto de trabalho e se abastece, e que muitos procuram também nos seus tempos livres</p> <p>Insuficiente articulação dos agentes económicos do interior com as empresas do litoral ou que aí operam</p> <p>Fluxo migratório que quase só se opera no sentido do esvaziamento do interior a favor do litoral</p>	<p>Existência de um mercado no litoral com capacidade para absorver uma parte significativa da produção de bens e serviços realizada no interior</p> <p>Possibilidade de um número considerável de empresas sedeadas no litoral realizarem actividades no interior ou aí instalarem pólos de diversificação</p> <p>Possibilidade de promotores do litoral, ou que aí vivem ou estudam, poderem lançar iniciativas no interior, nomeadamente empresariais</p>	<p>Subordinação completa do território às estratégias e lógicas de funcionamento do litoral algarvio</p> <p>Redução do Interior Central do Algarve a uma função residencial e sua transformação num extenso dormitório</p> <p>Perspectivação do território como reserva de mão de obra flexível e adaptável às necessidades de uma indústria turística muito marcada pela sazonalidade</p>	<p>Promover a sustentabilidade territorial do Interior do Algarve Central através do adensamento, diversificação e qualificação da actividade económica e da criação de emprego</p> <p>Promover a sustentabilidade territorial do Interior do Algarve Central através da efectiva melhoria da qualidade de vida das populações</p>





Domínios (áreas temáticas)	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças	Objectivos Estratégico
Capacitação das entidades e dos actores e agentes do território	<p>Consciência da necessidade de articulação de esforços, recursos e competências de um leque alargado de entidades para assegurar formas de concepção, planeamento, gestão e avaliação participadas</p> <p>Consciência da necessidade e premência de dispor de informações operativas para poder participar em processos de gestão colectivos</p> <p>Abertura e apetência dos responsáveis e técnicos de entidades regionais e do território para processos de capacitação e qualificação</p>	<p>Pouca tradição de planeamento, gestão e avaliação participada</p> <p>Pouco conhecimento e fraco domínio das metodologias participativas e dos instrumentos que lhes estão associados</p> <p>Pouca disponibilidade temporal, nomeadamente por parte dos responsáveis das entidades e instâncias políticas, para processos de capacitação e qualificação</p> <p>Tendência para relegar para segundo plano a aposta em processos participativos, face à pressão das tarefas correntes de gestão administrativa e controlo financeiro</p>	<p>Crescente afirmação de práticas de participação dos cidadãos e das entidades da sociedade civil na gestão social</p> <p>Valorização da qualificação das pessoas e das instituições, numa lógica de aprendizagem permanente</p> <p>Mobilização de um conjunto alargado de entidades e instâncias políticas, ao nível dos seus responsáveis e corpo técnico, para a criação de uma dinâmica de desenvolvimento territorial</p> <p>Criação das bases para formas de governança participada</p>	<p>Emergência visível (por vezes violenta) dos conflitos latentes</p> <p>Perda de controlo relativamente aos vários actores envolvidos, com consequente aumento da anomia e perda de coesão institucional</p> <p>Possíveis perdas de eficácia de gestão, em termos e tempo necessário, de recursos materiais e de técnicos afectos</p>	<p>Informar e capacitar as entidades do território com vista à criação de uma dinâmica de desenvolvimento territorial e ao estabelecimento de formas de governança participadas e eficientes</p>





### Matriz de Enquadramento Lógico

	Hierarquização dos objectivos	Indicadores						Medida/ acção do PRODER	Recursos (% da despesa Pública)
		Realização	Meta 2013	Resultados	Meta 2013	Impacto	Meta 2013		
Objectivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"><li>- Promover a sustentabilidade territorial do interior do Algarve Central, através do adensamento, diversificação e qualificação das actividades económicas e da criação de emprego.</li><li>- Promover a sustentabilidade territorial do interior do Algarve Central, através da efectiva melhoria da qualidade de vida das populações.</li><li>- Informar e capacitar as entidades do território com vista à criação de uma dinâmica de desenvolvimento territorial e ao estabelecimento de formas de governança participadas e eficientes.</li></ul>					<ul style="list-style-type: none"><li>- Crescimento percentual anual do Valor Acrescentado Adicional (VAB pb)</li><li>- Nº adicional de empregos líquidos criados nas iniciativas apoiadas</li><li>- Aumento da atractividade do território</li><li>- Aumento do grau de satisfação da população residente</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>1,5%</li><li>180</li><li>50%</li><li>50%</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>3.1.1</li><li>3.1.2</li><li>3.1.3</li><li>3.2.1</li><li>3.2.2</li><li>3.5</li></ul>	100%





	Hierarquização dos objectivos	Indicadores						Medida/ acção do PRODER	Recursos (% da despesa Pública)
		Realização	Meta 2013	Resultados	Meta 2013	Impacto	Meta 2013		
Objectivos Específicos	A) Apoiar a diversificação económica das explorações agrícolas;			- Aumento do VAB não agrícola - N° Postos de trabalho criados - % de novas camas instaladas - Taxa de ocupação	0,16% 40 15% 15%			3.1.1	12%
	B) Estimular e apoiar a criação e desenvolvimento de empresas;			- Aumento do VAB - N° bruto de empregos criados - % de Microempresas que incorporaram tecnologias inovadoras	0,5% 100 35%			3.1.2	16%





Hierarquização dos objectivos	Indicadores						Medida/ acção do PRODER	Recursos (% da despesa Pública)
	Realização	Meta 2013	Resultados	Meta 2013	Impacto	Meta 2013		
C) Fomentar a criação e desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer;			- Aumento do VAB - Nº bruto de empregos criados - % de novas camas instaladas - Taxa de ocupação	0.2% 60 15% 20%			3.1.3	12%
D) Qualificar o património rural, construído e imaterial;			- % de Beneficiários do património construído alvo de intervenção - % de Beneficiários do património imaterial alvo de intervenção - Nº bruto de empregos criados	3% 3% 25			3.2.1	20%







	Hierarquização dos objectivos	Indicadores						Medida/ acção do PRODER	Recursos (% da despesa Pública)
		Realização	Meta 2013	Resultados	Meta 2013	Impacto	Meta 2013		
	E) Ampliar a oferta de serviços básicos às comunidades locais;			- % de Beneficiários dos pólos: empresas e individuais - % de Beneficiários dos restantes serviços criados - % de Aumento da utilização da internet nas zonas rurais - N° bruto de empregos criados	5% 5% 25% 50			3.2.2	20%





	Hierarquização dos objectivos	Indicadores						Medida/ acção do PRODER	Recursos (% da despesa Pública)
		Realização	Meta 2013	Resultados	Meta 2013	Impacto	Meta 2013		
	F) Informar e capacitar as entidades associadas ao enquadramento da intervenção e os promotores de projectos			- % de População beneficiária das acções de informação  - % de Participantes que terminaram com sucesso uma actividade de formação  - Nº bruto de empregos criados  - Volume de formação	50%  80%  25  10 000h			3.5	20%





	Hierarquização dos objectivos	Indicadores						Medida/ acção do PRODER	Recursos (% da despesa Pública)
		Realização	Meta 2013	Resultados	Meta 2013	Impacto	Meta 2013		
Objectivos Operacionais	A)	- N.º de Beneficiários	50					3.1.1	12%
	1. Promover a criação, ampliação ou qualificação de alojamento turístico, potenciando as actividades produtivas da exploração;	- N.º de alojamentos turísticos apoiados	16						
	2. Promover a criação, diversificação e qualificação de oferta de animação turística, de animação pedagógica e de recreação, articulando-as com as actividades desenvolvidas pela exploração;	- N.º de projectos de animação e recreação apoiados	12						
	3. Promover a criação, ampliação ou diversificação de unidades de transformação agroalimentar, assegurando a valorização das produções primárias da exploração;	- N.º de unidades de transformação agroalimentar apoiadas	12						
	4. Promover a criação de postos de venda que permitam escoar em condições favoráveis as produções da exploração e de outras explorações ou unidades produtivas locais.	- N.º de postos de venda de produtos criados	10						
		H/M	50%M						
		<25anos	10%						
	- Volume total de Investimento Realizado	1,635M€							
									33





Hierarquização dos objectivos	Indicadores						Medida/ acção do PRODER	Recursos (% da despesa Pública)
	Realização	Meta 2013	Resultados	Meta 2013	Impacto	Meta 2013		
<p>B)</p> <p>1. Promover a criação, ampliação e diversificação de empresas, produtivas, comerciais ou de serviços, de modo a garantir resposta adequada às necessidades das populações residentes e de visitantes;</p> <p>2. Promover a criação de empresas apostadas na comercialização dos produtos locais (bens e serviços) junto dos segmentos de mercado mais convenientes (no território, no litoral e fora da região);</p> <p>3. Promover a criação, ampliação e diversificação de empresas, produtivas, comerciais ou de serviços, em áreas inovadoras, nomeadamente associadas a energias alternativas e soluções tecnológicas sustentáveis;</p> <p>4. Promover a incorporação de energias alternativas e /ou soluções tecnológicas sustentáveis em empresas do território, contribuindo para a sua viabilidade económica e sustentabilidade energética;</p> <p>5. Promover a criação, ampliação e qualificação de empresas de restauração, procurando assegurar uma boa cobertura do território de intervenção.</p>	<p>- N° Microempresas apoiadas</p> <p>- N° Microempresas que incorporaram tecnologias inovadoras</p> <p>- N° de unidades de restauração apoiadas</p> <p>H/M &lt;25anos</p> <p>- Volume total de Investimento Realizado</p>	<p>100</p> <p>50</p> <p>25</p> <p>55%M</p> <p>15%</p> <p>2,422M€</p>					3.1.2	16%





	Hierarquização dos objectivos	Indicadores						Medida/ acção do PRODER	Recursos (% da despesa Pública)
		Realização	Meta 2013	Resultados	Meta 2013	Impacto	Meta 2013		
	C) 1. Promover a criação, ampliação ou qualificação de alojamento turístico, procurando assegurar uma boa cobertura de todo o território de intervenção; 2. Promover a criação, diversificação ou qualificação de oferta de animação turística, procurando garantir uma boa cobertura geográfica e a existência de um leque de actividades rico e variado; 3. Promover a concepção e criação de produtos turísticos qualificados e diversos.	- N.º de alojamentos turísticos apoiados  - N.º de projectos de animação e recreação apoiados  - N.º de produtos apoiados  ,H/M <25 anos  - Volume total de Investimento Realizado	30  10  25  55%M 15%  1,817M€					3.1.3	12%





	Hierarquização dos objectivos	Indicadores						Medida/ acção do PRODER	Recursos (% da despesa Pública)
		Realização	Meta 2013	Resultados	Meta 2013	Impacto	Meta 2013		
	D) 1. Promover a qualificação do património rural construído, numa óptica de benefício directo às populações e de criação de condições para o desenvolvimento de actividades de carácter turístico; 2. Promover a recolha, tratamento e valorização do património imaterial mais significativo, na dupla perspectiva da sua utilização pelas populações residentes e de potenciação de actividades de carácter turístico.	- N.º de intervenções no património construído  - N.º de intervenções no património imaterial  - Volume total de Investimento Realizado	20  10  2,271M€					3.2.1	20%





	Hierarquização dos objectivos	Indicadores						Medida/ acção do PRODER	Recursos (% da despesa Pública)
		Realização	Meta 2013	Resultados	Meta 2013	Impacto	Meta 2013		
	E) 1. Promover a criação ou adaptação e equipamento de pólos do Centro Rural de Inovação Algarve Interior, destinados a acolher, enquadrar e apoiar a actividade empresarial e empreendedora, procurando assegurar uma cobertura territorial equilibrada; 2. Promover a criação ou adaptação e equipamento de outros serviços de apoio às populações, procurando garantir a sua distribuição equitativa pelo território de intervenção.	- N.º Acções apoiadas  - N.º de pólos apoiados  - N.º de outros serviços apoiados  - Volume total de Investimento realizado	30  6  24  1,817M€					3.2.2	20%





	Hierarquização dos objectivos	Indicadores						Medida/ acção do PRODER	Recursos (% da despesa Pública)
		Realização	Meta 2013	Resultados	Meta 2013	Impacto	Meta 2013		
	<p>F)</p> <p>1. Criar/fazer funcionar dispositivos e conceber/difundir instrumentos de informação sobre a estratégia, a implementação, a gestão e a avaliação da intervenção, dirigidos às entidades associadas ao enquadramento e aos promotores de projectos;</p> <p>2. Conceber e organizar acções de capacitação que respondam às necessidades concretas das entidades associadas ao enquadramento, em termos de planeamento, gestão e avaliação da intervenção, e dos promotores, em termos de concepção e implementação dos seus projectos.</p>	<p>- N.º de acções de informação</p> <p>- N.º de acções de capacitação desenvolvidas</p> <p>H/M &lt;25anos</p> <p>- N.º de participantes das actividades de formação</p> <p>H/M &lt;25anos</p> <p>- Volume total de Investimento realizado</p>	<p>200</p> <p>20</p> <p>60%M 25%</p> <p>300</p> <p>60%M 25%</p> <p>1.362M€</p>					3.5	20%







	Hierarquização dos objectivos	Indicadores						Medida/ acção do PRODER	Recursos (% da despesa Pública)
		Realização	Meta 2013	Resultados	Meta 2013	Impacto	Meta 2013		
<b>Pressupostos</b>	<p>A conjuntura económica internacional não se agrava significativamente e verifica-se alguma recuperação das economias europeias a partir de 2010</p> <p>A crise energética estabiliza e vão manter-se ou até aumentar os estímulos públicos para as energias renováveis</p>								





## Áreas Temáticas para a Cooperação

Áreas temáticas	Objectivos a alcançar	Mais valia para o território	Objectivos estratégicos em que se enquadram
Valorização e comercialização dos produtos locais	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aumentar a capacidade técnica dos GAL da região na área da valorização dos produtos locais, através da criação de um único gabinete técnico especializado que os sirva a todos ou da articulação dos núcleos técnicos especializados já existentes no interior dos 3 GAL</li><li>• Aprofundar a cooperação entre as entidades que integram o GAL e outras entidades que operam na região, com vista à criação de condições mais favoráveis à produção e comercialização dos produtos locais</li><li>• Fomentar e reforçar a capacidade empresarial dos pequenos produtores locais</li><li>• Favorecer a criação e consolidação de circuitos de comercialização de proximidade, promovendo o contacto directo entre produtores e consumidores</li><li>• Promover a articulação dos produtores e das empresas de comercialização dos produtos locais em redes nacionais e internacionais</li></ul>	<p>Os produtos locais são um recurso económico importante, constituem um factor de atractividade e <b>cErro! Não foi encontrada nenhuma entrada de índice remissivo.</b> contribuem fortemente para a especificidade do território.</p> <p>O trabalho articulado a nível regional entre entidades que apoiam e enquadram a instalação, a legalização e o funcionamento das unidades produtivas, bem como a comercialização dos produtos, vai facilitar o aparecimento de novos produtores, a criação de novos produtos e a consolidação das unidades já existentes.</p> <p>Por outro lado, a criação de mecanismos de informação, formação e comunicação em que todos os interlocutores se revêem, irá potenciar a intervenção realizada por cada entidade e fortalecer a identidade do território.</p> <p>A criação de circuitos de comercialização de proximidade apresenta grande potencial em termos de assegurar aos produtores preços mais compensadores e maior previsibilidade em termos de escoamento das produções e de garantir aos consumidores preços mais baixos e maior qualidade dos produtos. Além disso, a aproximação entre produtores e consumidores trará benefícios evidentes em termos de ambiente e de dependência energética (decrécimo do consumo de combustível e diminuição da pegada ecológica) e será responsável pela promoção de novas</p>	Promover a sustentabilidade territorial do interior do Algarve Central, através do adensamento, diversificação e qualificação das actividades económicas e da criação de emprego, promovendo uma efectiva melhoria da qualidade de vida das populações.





		sociabilidades, base para a recriação de uma identidade territorial coesa, dinâmica e voltada para o futuro.	
Turismo em espaço rural sobretudo na vertente ecoturismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover, a nível regional, nacional e transnacional, as actividades de turismo específico nesta vertente, viabilizando iniciativas já existentes (nomeadamente a Via Algarviana e a Rota da Cortiça), ou a criar, e respondendo às necessidades de procura que o mercado apresenta.</li> <li>Integrar a oferta existente e a criar em rotas, redes e circuitos, nacionais e internacionais, que promovam esta vertente turística e a zona territorial onde se inserem.</li> <li>Produzir materiais de divulgação, conceber e realizar campanhas de comunicação e marketing relativas a produtos e serviços nesta área.</li> <li>Realizar e participar em eventos específicos da área temática.</li> </ul>	A actividade turística pode representar uma área de negócios extremamente importante neste território e constituir uma fonte de rendimento significativo para muitas explorações agrícolas, apoiando a sua permanência e viabilização. O apoio assegurado aos prestadores por esta via funcionará como um estímulo a que invistam na melhoria e diferenciação dos seus equipamentos e um incentivo à sua organização profissional, garantindo uma oferta mais qualificada e diversificada e aumentando a atractividade do território.	Promover a sustentabilidade territorial do interior do Algarve Central, através do adensamento, diversificação e qualificação das actividades económicas e da criação de emprego, promovendo uma efectiva melhoria da qualidade de vida das populações.
Dinâmicas de Desenvolvimento Local	<p>A implementação da ELD tem subjacente uma forte aposta na capacitação da parceria alargada (GAL e Comissões Locais de Freguesia) e uma melhoria real da governança a nível local.</p> <p>Os avanços em termos de governança apontam, necessariamente, para a capacidade de adoptar e utilizar correctamente metodologias participativas e os instrumentos que lhes estão associados.</p> <p>É pois imprescindível capacitar as parcerias e as áreas rurais para a utilização das metodologias participativas e propiciar a adopção de práticas políticas mais</p>	<p>Melhoria da governança local e capacitação das entidades e locais, de modo a:</p> <p>(a) promover uma melhor relação entre a sociedade civil e as entidades oficiais,</p> <p>(b) facilitar o diálogo entre interlocutores locais, regionais e nacionais (ou mesmo de nível territorial superior),</p> <p>(c) melhorar o nível de conhecimento e de participação dos cidadãos e</p> <p>(d) aumentar a qualidade de vida da população do território.</p> <p>É fundamental que os território e os actores que neles operem se organizem em parcerias, qualificadas e operativas, para actuar em</p>	Promover a sustentabilidade territorial do interior do Algarve Central, através do adensamento, diversificação e qualificação das actividades económicas e da criação de emprego, promovendo uma efectiva melhoria da qualidade de vida das populações.





	<p>participadas.</p> <p>Assim sendo, pretende-se:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Capacitar e qualificar os actores dos territórios rurais, políticos e sociais, na área das metodologias participativas;</li><li>• Promover a articulação dos actores do território (parcerias horizontais para a acção) e destes com entidades de nível regional, nacional e internacional (parcerias estratégicas verticais) de forma a debater, definir e desenvolver estratégias conjuntas para ultrapassar os problemas de cada território;</li><li>• Fomentar a emergência e multiplicação de práticas de governação participada, como o Orçamento Participativo, a Agenda 21 ou o Planeamento Estratégico Participativo.</li></ul>	<p>contextos institucionais e socioeconómicos marcados pela crise e em constante mutação.</p> <p>Em termos concretos, espera-se que os técnicos e responsáveis das entidades da parceria fiquem mais capacitados para facilitar processos de desenvolvimento local e de animação territorial e que o território passe a dispor de medidas de política mais coordenadas, integradas, flexíveis e ajustadas às realidades e necessidades do território de intervenção.</p>	
--	--	--	--





## *Caracterização das Medidas e Acções do Sub-Programa 3 do PRODER “Dinamização das Zonas Rurais”*

### **Medida 3.1 - Diversificação da economia e criação de emprego**

Os principais objectivos desta medida são:

- Promover a diversificação da economia para actividades não agrícolas e aumentar o emprego nas zonas rurais, de acordo com uma estratégia definida para territórios locais alvo de abordagem LEADER.

Para atingir este objectivo estabeleceu-se uma intervenção específica nestas zonas, que contribua para a diversificação e desenvolvimento de actividades económicas criadoras de riqueza e de emprego permitindo fixar população e aproveitar recursos endógenos transformando-os em factores de competitividade.

Esta intervenção terá em atenção a existência de outros instrumentos de política com incidência no mesmo território e far-se-á de acordo com uma estratégia de desenvolvimento local (PDL), elaborada pelos agentes locais organizados em parceria (GAL).

A medida Diversificação da Economia e Criação de Emprego será concretizada através de três acções:

- **Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola**
- **Criação e Desenvolvimento de Microempresas**
- **Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer**





### **Acção 3.1.1 - Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola**

#### **Âmbito**

Esta acção visa o apoio à criação ou desenvolvimento na exploração agrícola, de actividades económicas de natureza não agrícola, nomeadamente nas seguintes áreas: Turismo no Espaço Rural (TER), nas modalidades de agro-turismo e parques de campismo rurais e Turismo de Natureza, na modalidade de centros de acolhimento; serviços de recreação e lazer; actividades pedagógicas; actividades associadas à caça e pesca em águas interiores; produção de bens resultantes de actividades de transformação (excepto as actividades de que resultem produtos constantes do Anexo I do Tratado); venda directa dos bens produzidos na exploração (excepto os constantes do Anexo I do Tratado).

As actividades associadas à caça e à pesca, deverão desenvolver-se no âmbito de uma gestão sustentável dos recursos, e respeitar a legislação aplicável tanto em matéria de cinegética como de protecção ambiental, de forma a salvaguardar o ambiente e a biodiversidade.

#### **Objectivos**

Estimular o desenvolvimento de actividades não agrícolas na exploração criando novas fontes de rendimento e de emprego, contribuindo directamente para a manutenção/melhoria do rendimento do agregado familiar, assim como para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural.

#### **Beneficiários**

Agricultor ou membro do seu agregado familiar.

#### **Área geográfica de Aplicação**

Territórios localizados nas zonas rurais e que são objecto de uma intervenção local com estratégias de desenvolvimento definidas em Planos de Desenvolvimento Local (PDL) elaborados pelos agentes locais organizados em Grupos de Acção Local (GAL).

A título excepcional e de forma objectivamente fundamentada, um GAL poderá alargar a sua intervenção a zonas contíguas não classificadas como território rural em função dos critérios utilizados, mas que evidenciem características de ruralidade, quando tal for considerado relevante para a coerência da estratégia de desenvolvimento local.

#### **Crítérios de elegibilidade**

- Projectos de investimento com uma despesa elegível total de valor igual ou superior a 5 000 Euros.
- Projectos de investimento inseridos nas estratégias de desenvolvimento definidas no respectivo PDL.
- Outros requisitos de acesso:
- Manutenção de produção agrícola na exploração;
  - Diversificação para actividades com produção de bens ou serviços transaccionáveis;





- Cumprimento da legislação aplicável à actividade em causa, ao ambiente, higiene e bem estar animal;
- Contabilidade na modalidade obrigatória de acordo com volume de negócios;
- Viabilidade económica através do cumprimento de critérios a definir em sede de regulamentação operacional;
- Capacidade profissional adequada à actividade a desenvolver.

### **Despesas Elegíveis**

- Elaboração de projectos;
- Remodelação/recuperação de construções;
- Construções de pequena escala;
- Aquisição de equipamentos;
- Despesas associadas a investimentos imateriais.

### **Despesas Não Elegíveis**

- Custos de manutenção decorrentes do uso normal das instalações.

### **Forma e Nível do Apoio**

Os apoios são concedidos sob a forma de incentivo não reembolsável até uma despesa elegível de 200 000 Euros.

Os níveis de apoio são fixados nos PDL, de acordo com as seguintes regras:

- Investimentos até 25 000 Euros de despesa elegível:
  - até 40%, sem criação de postos de trabalho;
  - até 50%, no caso da criação de pelo menos um posto de trabalho.
- Investimentos superiores a 25 000 Euros de despesa elegível:
  - até 40%, sem criação de postos de trabalho;
  - até 50%, quando houver criação de um posto de trabalho;
  - até 60%, quando houver criação de pelo menos dois postos de trabalho.

À criação de postos de trabalho a tempo parcial será aplicada a regra da proporcionalidade para cálculo do nível de apoio. Por exemplo, à criação de um posto de trabalho a tempo parcial de 50% corresponderá um nível de apoio de 45% (40% + 5%) das despesas elegíveis.

Considera-se que um posto de trabalho equivale à utilização de uma Unidade de Trabalho Anual (UTA).





### **Acção 3.1.2 - Criação e Desenvolvimento de Microempresas**

#### **Âmbito**

Criação e desenvolvimento de microempresas cujo ramo de actividade poderá ser alvo de delimitação no âmbito dos Planos de Desenvolvimento Local (PDL), em coerência com as necessidades dos territórios locais e com a estratégia definida.

Estão excluídas as empresas que se inserem nas CAE (Classificação das Actividades Económicas) relativas às actividades de pesca e seus produtos e às actividades de turismo e lazer.

#### **Objectivos**

Incentivar a criação e desenvolvimento de empresas nas zonas rurais tendo em vista a densificação do tecido económico e a criação de emprego, contribuindo para a revitalização económica e social destas zonas.

#### **Beneficiários**

As Microempresas definidas como as empresas que empregam menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros. (Recomendação da Comissão 2003/361/CE).

#### **Área geográfica de Aplicação**

Territórios localizados nas zonas rurais e que são objecto de uma intervenção local com estratégias de desenvolvimento definidas em Planos de Desenvolvimento Local (PDL) elaborados pelos agentes locais organizados em Grupos de Acção Local (GAL).

A título excepcional e de forma objectivamente fundamentada, um GAL poderá alargar a sua intervenção a zonas contíguas não classificadas como território rural em função dos critérios utilizados, mas que evidenciem características de ruralidade, quando tal for considerado relevante para a coerência da estratégia de desenvolvimento local.

#### **Critérios de Elegibilidade**

- Projectos de investimento com uma despesa elegível total de valor igual ou superior a 5 000 Euros.
- Projectos de investimento inseridos nas estratégias de desenvolvimento definidas no respectivo PDL.
- Outros requisitos de acesso:
  - Actividades com produção de bens ou serviços transaccionáveis;
  - Cumprimento da legislação aplicável à actividade em causa;
  - Contabilidade na modalidade obrigatória de acordo com volume de negócios;
  - Viabilidade económica através do cumprimento de critérios a definir em sede de regulamentação operacional;
  - Capacidade profissional adequada à actividade a desenvolver.







## Despesas Elegíveis

- Constituição da empresa;
- Elaboração do projecto;
- Aquisição de equipamentos;
- Construção ou obras de adaptação ou remodelação de edifícios;
- Viaturas indispensáveis à boa execução do projecto;
- Despesas imateriais.

## Despesas Não Elegíveis

- Custos de manutenção decorrentes do uso normal das instalações;
- Projectos cujas despesas se refiram apenas a construção.
- Projectos cujas despesas se refiram apenas a viaturas, com excepção de casos devidamente justificados pela natureza do próprio projecto e da sua contribuição para os objectivos de desenvolvimento local.

## Forma e Nível do Apoio

Os apoios são concedidos sob a forma de incentivo não reembolsável até uma despesa elegível de 200 000 Euros.

Os níveis de apoio são fixados nos PDL, de acordo com as seguintes regras:

- Investimentos até 25 000 Euros de despesa elegível:
  - até 30%, sem criação de postos de trabalho;
  - até 50%, no caso da criação de pelo menos um posto de trabalho.
- Investimentos superiores a 25 000 Euros de despesa elegível:
  - até 30%, sem criação de postos de trabalho;
  - até 40%, quando houver criação de um posto de trabalho;
  - até 50%, quando houver criação de pelo menos dois postos de trabalho.

À criação de postos de trabalho a tempo parcial será aplicada a regra da proporcionalidade para cálculo do nível de apoio. Por exemplo, no caso de investimentos até 25 000 Euros de despesa elegível, à criação de um posto de trabalho a tempo parcial de 50% corresponderá um nível de apoio de 40% ( 30% + 5%) das despesas elegíveis.

Considera-se que um posto de trabalho equivale à utilização de uma Unidade de Trabalho Anual (UTA).





### **Acção 3.1.3 - Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer**

#### **Âmbito**

Apoio a actividades turísticas e de lazer, nas seguintes componentes: criação ou desenvolvimento de produtos turísticos, nomeadamente ecoturismo, enoturismo, turismo associado a actividades de caça e pesca, turismo equestre, religioso, de saúde, cultural; alojamento turístico de pequena escala nas seguintes modalidades de hospedagem: Turismo em Espaço Rural (TER) e turismo de natureza; infra-estruturas de pequena escala, tais como, centros de observação da natureza/paisagem, rotas/percursos, animação turística.

#### **Objectivos**

Desenvolvimento do turismo e de outras actividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para o crescimento económico e criação de emprego.

#### **Beneficiários**

Qualquer pessoa singular ou colectiva de direito privado.

#### **Área geográfica de Aplicação**

Territórios localizados nas zonas rurais e que são objecto de uma intervenção local com estratégias de desenvolvimento definidas em Planos de Desenvolvimento Local (PDL) elaborados pelos agentes locais organizados em Grupos de Acção Local (GAL).

A título excepcional e de forma objectivamente fundamentada, um GAL poderá alargar a sua intervenção a zonas contíguas não classificadas como território rural em função dos critérios utilizados, mas que evidenciem características de ruralidade, quando tal for considerado relevante para a coerência da estratégia de desenvolvimento local.

#### **Critérios de Elegibilidade**

Serão apoiados projectos de investimento localizados fora das explorações agrícolas que reúnem os seguintes requisitos:

- Projectos de investimento com uma despesa elegível total de valor igual ou superior a 5.000 Euros;
- Projectos de investimento inseridos nas estratégias de desenvolvimento definidas no respectivo PDL.
- Outros requisitos de acesso:
- Actividades com produção de bens ou serviços transaccionáveis;
- Cumprimento da legislação aplicável relativa à actividade;
- Contabilidade na modalidade obrigatória de acordo com volume de negócios;
- Viabilidade económica através do cumprimento de critérios a definir em sede de regulamentação operacional;
- Capacidade profissional adequada.





## Despesas Elegíveis

- Elaboração de projectos;
- Obras de adaptação e remodelação de instalações;
- Pequenas infra-estruturas de animação e recreio;
- Aquisição de equipamentos;
- Viaturas indispensáveis à boa execução do projecto;
- Despesas imateriais.

## Despesas Não Elegíveis

- Custos de manutenção decorrentes do uso normal das instalações.
- Despesas com viaturas quando estas constituam a única componente do projecto de investimento, excepto em casos devidamente justificados pela natureza do próprio projecto e da sua contribuição para os objectivos de desenvolvimento local.

## Forma e Nível do Apoio

Os apoios são concedidos sob a forma de incentivo não reembolsável até uma despesa elegível de 200 000 Euros.

Os níveis de apoio são fixados nos PDL, de acordo com as seguintes regras:

- Investimentos até 25 000 Euros de despesa elegível:
  - até 30%, sem criação de postos de trabalho;
  - até 50%, no caso da criação de pelo menos um posto de trabalho.
- Investimentos superiores a 25 000 Euros de despesa elegível:
  - até 30%, sem criação de postos de trabalho;
  - até 40%, quando houver criação de um posto de trabalho;
  - até 50%, quando houver criação de pelo menos dois postos de trabalho.

À criação de postos de trabalho a tempo parcial será aplicada a regra da proporcionalidade para cálculo do nível de apoio. Por exemplo, no caso de investimentos até 25 000 Euros de despesa elegível, à criação de um posto de trabalho a tempo parcial de 50% corresponderá um nível de apoio de 40% ( 30% + 10%) das despesas elegíveis.

Considera-se que um posto de trabalho equivale à utilização de uma Unidade de Trabalho Anual.





## Medida 3.2 - Melhoria da qualidade de vida

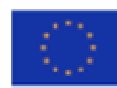
Os principais objectivos desta medida são:

- Promover a recuperação e conservação do património rural no âmbito de uma estratégia de valorização e atractividade dos territórios rurais;
- Aumentar a acessibilidade da população dos territórios rurais a serviços essenciais à comunidade em função das necessidades identificadas no diagnóstico do Plano de Desenvolvimento Local.

Para atingir este objectivo estabeleceu-se uma intervenção específica nestas zonas, que valorize o espaço de vivência da comunidade, a qualidade de vida dos cidadãos e crie simultaneamente melhores condições de acolhimento para quem vem do exterior.

A medida Melhoria da Qualidade de Vida é operacionalizada através das seguintes acções:

- **Conservação e Valorização do Património Rural**
- **Serviços Básicos para a População Rural**





### **Acção 3.2.1 - Conservação e Valorização do Património Rural**

#### **Âmbito**

As intervenções ao nível desta acção abrangem os seguintes domínios:

- Preservação do património rural construído (excepto o património histórico e monumental classificado), por exemplo, moinhos ou espigueiros;
- Refuncionalização de edifícios de traça tradicional para actividades associadas à preservação e valorização da cultura local;
- Preservação e recuperação de práticas e tradições culturais (espólio documental e material, artes e ofícios, folclore, música, trajes, receituário gastronómico).

#### **Objectivos**

Valorizar o património rural na óptica do interesse colectivo, enquanto factor de identidade e de atractividade do território, tornando-o acessível à comunidade, no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento local.

#### **Beneficiários**

Qualquer pessoa singular ou colectiva de direito privado, ou Autarquias.

#### **Área geográfica de Aplicação**

Territórios localizados nas zonas rurais e que são objecto de uma intervenção local com estratégias de desenvolvimento definidas em Planos de Desenvolvimento Local (PDL) elaborados pelos agentes locais organizados em Grupos de Acção Local (GAL).

A título excepcional e de forma objectivamente fundamentada, um GAL poderá alargar a sua intervenção a zonas contíguas não classificadas como território rural em função dos critérios utilizados, mas que evidenciem características de ruralidade, quando tal for considerado relevante para a coerência da estratégia de desenvolvimento local.

#### **Critérios de elegibilidade**

Projectos de investimento inseridos nas estratégias de desenvolvimento definidas no respectivo PDL, com uma despesa elegível total de valor igual ou superior a 5 000 Euros.

#### **Despesas Elegíveis**

- Elaboração do projecto;
- Obras de recuperação e beneficiação do património rural de interesse colectivo e seu apetrechamento;
- Pesquisa e inventariação de tradições culturais;
- Sinalética de itinerários culturais;
- Elaboração e divulgação de material documental relativo ao património alvo de intervenção;
- Outro tipo de despesas associadas a investimentos imateriais.





## Forma e Nível do Apoio

Os projectos de investimento são apoiados até uma despesa elegível de 200 000 Euros. Os apoios são concedidos sob a forma de incentivo não reembolsável até ao montante de 60% da despesa total elegível.



ASSOCIAÇÃO  
**"IN LOCO"**  
Intervenção . Formação . Estudos  
para o desenvolvimento local



Ministério da  
Agricultura,  
do Desenvolvimento  
Rural e das Pescas



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu Agrícola  
de Desenvolvimento Rural

*A Europa investe nas zonas rurais*



### ***Ação 3.2.2 - Serviços Básicos para a População Rural***

#### **Âmbito**

É apoiada a criação, designadamente dos seguintes tipos de serviços:

- Serviços de apoio à infância;
- Acompanhamento domiciliário a idosos e deficientes e serviços itinerantes de apoio social;
- Serviços de animação cultural e recreativa de base local;
- serviços de apoio a novos residentes;

Estes serviços serão priorizados quando integrados em centros multiserviços nos locais em que esses centros sejam promovidos.

#### **Objectivos**

Aumento da acessibilidade a serviços básicos que constituem um elemento essencial na equiparação dos níveis de vida e na integração social das populações.

#### **Beneficiários**

- Parcerias privadas;
- Parcerias entre entidades públicas e privadas cuja componente pública não seja maioritária;
- IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social);
- ONG (Organizações Não Governamentais).

#### **Área geográfica de Aplicação**

Territórios localizados nas zonas rurais e que são objecto de uma intervenção local com estratégias de desenvolvimento definidas em Planos de Desenvolvimento Local (PDL) elaborados pelos agentes locais organizados em Grupos de Acção Local (GAL).

A título excepcional e de forma objectivamente fundamentada, um GAL poderá alargar a sua intervenção a zonas contíguas não classificadas como território rural em função dos critérios utilizados, mas que evidenciem características de ruralidade, quando tal for considerado relevante para a coerência da estratégia de desenvolvimento local.

#### **Critérios de elegibilidade**

Projectos de investimento inseridos nas estratégias de desenvolvimento definidas no respectivo PDL, com uma despesa elegível total de valor igual ou superior a 5 000 Euros.

#### **Despesas Elegíveis**

São elegíveis as despesas com a criação do serviço, nomeadamente:

- Elaboração do projecto;





- Construção (com limite a definir) ou obras de adaptação ou remodelação de edifícios;
- Aquisição de equipamentos;
- Viaturas, quando o seu uso for indispensável à prestação do serviço a criar;
- Despesas associadas a investimentos imateriais.

### **Forma, Nível e Limite do Apoio**

Os projectos de investimento são apoiados até uma despesa elegível de 200 000 Euros. Os apoios são concedidos sob a forma de incentivo não reembolsável até ao montante de 75 % da despesa total elegível.



ASSOCIAÇÃO  
**"IN LOCO"**  
Intervenção . Formação . Estudos  
para o desenvolvimento local



Ministério da  
Agricultura,  
do Desenvolvimento  
Rural e das Pescas



**UNIÃO EUROPEIA**  
Fundo Europeu Agrícola  
de Desenvolvimento Rural  
*A Europa investe nas zonas rurais*





### ***Descrição das actividades desenvolvidas actualmente no território***

Uma vez que se vive um período de transição entre quadros comunitários, observando--se no QREN alterações significativas no modo de funcionar, sobretudo na relação com a administração central, verifica-se actualmente pouca fertilidade em iniciativas ou actividades.

É, sobretudo, um tempo de reflexão e preparação de estratégias para o futuro. Assim é o caso desta ELD. A preparação da estratégia, o levantamento das necessidades locais, a integração de novos parceiros no GAL, as reuniões com entidades ao nível da freguesia, as reuniões sectoriais com entidades socioprofissionais, as reuniões e discussões com entidades nacionais e regionais, a identificação de todos os parceiros com uma estratégia comum, bem como as exigências formais das candidaturas, levam muito do tempo útil disponível. Muitas das entidades locais, apesar de estarmos numa fase de encerramento de projectos, encontram-se em funcionamento corrente, com muitas actividades em execução.

As autarquias mantêm o seu funcionamento, embora aguardando por instrumentos financeiros que lhes permitam realizar alguns projectos. A nível regional o POAlgarve 21 não está ainda em execução, o mesmo acontecendo com algumas linhas do PRODER. Existe um tempo de espera entre o encerramento e o início de novos projectos.

No entanto, as actividades que têm como objectivos:

- a comercialização dos produtos locais (todas as autarquias organizam mostras de promoção e comercialização dos produtos locais, durante os meses de Junho, Julho e Agosto: Feira da Serra de S. Brás de Alportel, Feira de Artesanato de Loulé, Feira de Artesanato de Tavira ...);
- a promoção dos territórios rurais e de actividades relacionadas com a qualidade ambiental (roteiros de viagens ao interior algarvio ou de gastronomia serrana, integrados em publicações periódicas ou apresentados em edições autónomas, convidam ao conhecimento do território e dos seus serviços, a par de eventos como a Feira dos Parques Naturais e Ambiente ou a apresentação da Rota da Cortiça);
- a promoção de turismo alternativo - ecoturismo, rotas e passeios pedestres (Via Algarviana ), passeios nocturnos, etc.;

têm continuidade, não só porque se dirigem maioritariamente a um público turístico, como encontram nesta altura do ano as melhores condições de realização.

O GAL foi constituído para realizar o diagnóstico e elaborar a ELD. O subprograma 3 do PRODER foi um incentivo para a constituição da parceria, embora ela extravasasse já o subprograma. A título de informação, refere-se que foram identificadas ideias e projectos que, não tendo enquadramento nas medidas do subprograma 3, se vão realizar com financiamentos próprios ou recorrendo a instrumentos financeiros complementares.

Muitas parcerias funcionam em termos mais reduzidos, para situações concretas, como, por exemplo, a realização de eventos ou campanhas de promoção, estando cada vez mais presente e enraizada a consciência da necessidade do trabalho articulado e associado.

Passando aos projectos em curso, a entidade Gestora do GAL (Associação In Loco) desenvolve, em parceria, diversos projectos, de que se dá conta de seguida.



- Implementação de Sistemas de HACCP em Destilarias Tradicionais de Produção de Aguardente de Medronho, dando continuidade ao processo de formação, que permitiu abordar em sala os conceitos de higiene, segurança alimentar e HACCP (Hazard Analysis Critical Control Points), e efectuar algumas sessões “on farm” nas destilarias de cada um dos formandos, para proceder ao levantamento das condições de laboração e das dificuldades em questões ligadas ao licenciamento das unidades produtivas.
- Parceria com a Associação Terras do Baixo Guadiana e Associação Vicentina, em actividades de promoção do território e do programa LEADER nas Feiras da Serra de Tavira, São Brás de Alportel, Loulé e também em outros eventos realizados na região (feiras locais) ou fora dela. Este projecto acompanhou transversalmente o Plano de Cooperação a partir de 2003.
- “Cordão Verde para o Sudoeste da Península Ibérica”, projecto que conta, também, com a participação da Associação Terras do Baixo Guadiana (Chefe de Fila) e mais cinco parceiros da região espanhola de Andaluzia.

Pretende-se, nesta 2ª fase do Cordão Verde, alargar a sua abrangência às zonas fronteiriças espanholas, numa lógica de abordagem eco-regional e de conectividade entre áreas de elevada biodiversidade, além de constituir uma plataforma de lançamento para novas iniciativas no âmbito da biodiversidade, do ordenamento do território, do restauro da paisagem e da diminuição de riscos de incêndio.

. “Museus Naturais”, projecto de cooperação que se iniciou com quatro GAL de Portugal e 6 de Espanha, mas a que aderiram dois novos GAL de Espanha (Galiza e Andaluzia) em 2006.

O projecto nasceu com a intenção de recuperar, manter, aprofundar e dinamizar os valores naturais, culturais, etnográficos, etc., que constituem a identidade tradicional das zonas abrangidas (Aragão, Astúrias, Baleares, La Rioja, Valência, Sevilha, Galiza, em Espanha, e Algarve, Alentejo e Beira Litoral, em Portugal).

Conta com o apoio técnico da empresa Ayuntanet, sendo a associação Monegros (Aragão) o chefe de fila e a In Loco o interlocutor nacional.

. Habitat Rural , parceria organizada em torno do tema forte da “qualidade de vida das populações locais”, em que a In Loco está presente como única entidade portuguesa, em conjunto com um grupo alargado de associações espanholas, oito entidades responsáveis pela implementação de Programas PRODER (em Andaluzia) e uma nona, a “Associação Serrania Suroeste Sevillana”, Entidade Gestora LEADER+ e coordenadora do Plano de Cooperação.

. Projectos de ZIF’s (Zonas de Intervenção Florestal), para definição de estratégias de gestão florestal participativa e sustentável. Durante este ano, foram desenvolvidos actividades em S. Marcos da Serra e em Alte/S. B. Messines.

Numa fase inicial de sensibilização, informação e mobilização de proprietários, estas duas ZIF’s tiveram o apoio financeiro do Leader +.

Numa fase mais avançada, os projectos foram financiados pelo FFP (Fundo Florestal Permanente):



. Intervenções de formação-acção sobre a implementação de Sistemas de HACCP em operadores do sector alimentar.

Estas acções procuraram contribuir para a valorização e sustentabilidade das unidades produtivas de aguardente de medronho, através da adopção de práticas de controlo e gestão da qualidade e da segurança alimentar, implícitas no sistema de HACCP.

A primeira envolveu 19 formandos, correspondendo a 18 destilarias, e a segunda 20 formandos e 14 unidades.

. “Produção e Valorização da Aguardente de Medronho, com início em Maio de 2006 e conclusão em 2008, o projecto desenvolve as seguintes actividades: levantamento de necessidades, encaminhamento para formação, implementação do sistema de HACCP, apoio no processo de licenciamento industrial.

. Realização de acções de formação sobre temas diversos, para pessoas residentes ou com actividades em áreas rurais: apicultura, monitores de desporto de aventura, guias de observação de aves, restauro da paisagem, desenvolvimento rural, tecnologias de informação e comunicação.





### ***Experiência do GAL em matéria de gestão de instrumentos de política de desenvolvimento rural e local***

Englobam esta parceria 6 Câmaras Municipais, 1 Universidade, 2 Escolas Profissionais, 2 Associações de Produtores Florestais, 1 Confederação e 2 Associação Empresariais, 2 Associações de Criadores de Gado, 2 Associações de Artesãos, 1 Cooperativa de Produtores, 1 Sociedade Agrícola, 1 Associação de Industriais do Sector da Cortiça, 1 Associação Ambientalista, 1 Associação de Desenvolvimento Regional, 1 Entidade Bancária - Caixa de Crédito Agrícola e 1 Associação de Desenvolvimento, que intervêm no interior do Algarve, coincidindo, em parte ou no todo, com o território desta ELD. Esta parceria possui experiência na gestão de instrumentos de Política de Desenvolvimento Rural e Local.

Embora nem todos os instrumentos financeiros a que se recorreu estivessem orientados para o desenvolvimento do mundo rural – como o LEADER, LEADER II e LEADER+, Centros Rurais, Agris 7.1, etc, - foram sempre utilizadas em prol do Desenvolvimento Local em meio rural.

Ao conjunto de instrumentos utilizados no passado, há que acrescentar, mais recentemente, o Fundo Florestal Permanente, para promover a gestão participada da floresta e a prevenção de incêndios.

Os Municípios têm uma vasta experiência na gestão de projectos co-financiados por fundos estruturais (FEDER, FEOGA, FSE), Fundo de Coesão, Iniciativas Comunitárias (LEADER, INTERREG, EQUAL) e programas operacionais da região.

No caso da IC LEADER (as autarquias cujos territórios fizeram parte da zona de intervenção foram parceiras do GAL, estando envolvidas na gestão do programa e na realização de acções e projectos).

Todas as autarquias estiveram envolvidas na gestão de projectos do Programa PROALGARVE, especialmente no Programa da Acção Integrada de Base Territorial para as Áreas de Baixa Densidade (com excepção de Faro e Albufeira).

As associações parceiras possuem igualmente uma vasta experiência neste domínio.

Associação Nacional de Criadores de Caprinos de Raça Algarvia - tem gerido projectos no sector agro-pecuário com o objectivo de reforçar a capacidade técnica e de gestão (informação, divulgação e promoção, organização de agricultores e produtores, apoio às queijarias e melhoria de condições de produção, melhoria genética), ao abrigo dos programas AGRIS, LEADER+ e também INTERREG III A (construção de queijaria e Centro Multiusos do Azinhal).

A Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão tem desenvolvido intervenções muito variadas: constituição e funcionamento da 3 Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), implementação de medidas de ordenamento e gestão florestal, dinamização da gestão florestal sustentável, certificação de povoamentos suberícolas, prevenção de riscos provocados por agentes abióticos, constituição de uma equipa de sapedores florestais, apoio à silvicultura e restabelecimento do potencial de produção silvícola, estudo do impacto da Phytophthora cinnamomi em povoamentos de Sobro e Azinho.





A Associação para a Protecção e o Desenvolvimento das Serras do Barlavento Algarvio (Viver Serra) é responsável por cinco candidaturas ao Fundo Florestal Permanente: constituição de três ZIF, gestão e funcionamento da ZIF do Arade e elaboração de um plano de ordenamento florestal para uma área ardida com cerca de 7000 hectares.

Gere igualmente um projecto no âmbito do programa Leader+, de experimentação e demonstração (Estudo do desenvolvimento do sobreiro sob baixas condições de stress hídrico e sujeito a diferentes tratamentos culturais). São ainda parceiros do projecto “Conservação de populações arborícolas de Águia de Bonelli em Portugal” (Programa LIFE – Natureza).

Globalgarve – Associação de Desenvolvimento Regional assumiu a gestão operacional do Programa Algarve Digital, fundamental para a integração da região na Sociedade de Informação. A sua acção materializa-se também pela participação em projectos no interior e sobre as tradições da região, como por exemplo, “Reinventar a Indústria Alimentar Tradicional do Algarve” (de que a Associação In Loco também era parceira) e “Iniciativas de Promoção do Mundo Rural do Algarve”. Desenvolve neste momento um projecto-piloto de financiamento de pequenos negócios de base local, uma parceria público-privada, que tem por objectivo financiar acções economicamente viáveis enquadradas em estratégias de desenvolvimento.

Participou em projectos no âmbito do Programa AGRIS 3.4 – Prevenção de Riscos Provocados por Agentes Abióticos – para a área não ardida da Freguesia de S. Marcos da Serra (12 425 ha.) e S. Bartolomeu de Messines (12 916 ha.) Foi parceira no Plano de Acção da Serra de Silves – Valorização do Património, Produtos e Saberes (Programa AGRIS – Acção 8 – Dinamização do Desenvolvimento Rural)

A Associação In Loco, entidade gestora do GAL tem capacidade comprovada na gestão de instrumentos de política de desenvolvimento rural. Desde 1992 geriu diversos programas e acções. A título de exemplo:

- responsável pela gestão, do LEADER (1992/1994), LEADER II (1995-2001), LEADER + (2002/2008);
- preparação e organização da MANIFESTA I, II, III, IV e V - Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local - Santarém (1994), Tondela (1996), Amarante (1998), Tavira (2001), Serpa (2003) e Trancoso (2005);
- projecto ALICE - Acções Locais Integradas para a Criação de Emprego, um projecto no âmbito do Artigo 6º do FSE (1995), que teve como principal objectivo a criação de uma rede de animadores e de entidades locais capacitados para apoiar o desenvolvimento auto-sustentado da actividade económica e do emprego (1996/1999);
- projecto “Em torno da Cabra Algarvia” – em parceria com a Direcção Regional de Agricultura do Algarve e a Universidade do Algarve. Esta intervenção visou a valorização da caprinicultura na Serra do Caldeirão e teve como principais objectivos o desenvolvimento de acções inovadoras e a demonstração da sua viabilidade (1997-2000);
- Planos Globais de Intervenção para os Centros Rurais de Salir, Nordeste Interior, Almodôvar e Terras de Santa Maria (1996-1997). Após a homologação oficial dos PGI a In Loco ficou responsável pela animação e apoio técnico dos referidos Centros Rurais (1998-2000);





- projecto RAIAR - candidatura à Medida 5.1 do POEFDS para fazer funcionar uma Rede de Animação Integrada para o Algarve Rural (2002-2002);
- Planos de Intervenção para Projectos Candidatos à Sub-Acção 7.1 da Medida Agris, com vista à valorização de comunidades rurais: Barranco do Velho/Montes Novos/Cortelha; Santa Catarina da Fonte do Bispo; Cumeadas em São Bartolomeu de Messines; Cachopo; Vale do Alportel (2001-2002);
- Iniciativa Comunitária Equal – 1ª fase - entidade interlocutora de 1 projecto (2002-2004), centrado na inclusão social e inserção profissional de públicos com dificuldades especiais, e entidade associada a uma Acção 3 (2005), para a capacitação de entidades do 3º sector; 2ª fase – entidade interlocutora de 1 projecto (2004-2007), apostado na promoção da cidadania política e social, entidade associada a mais 2 projectos (2004-2007), de promoção do empreendedorismo de jovens e de promoção das tecnologias tradicionais de transformação agroalimentar, entidade interlocutora de 2 Acções 3 (2008), de disseminação do Orçamento Participativo e de práticas de mobilização para o empreendedorismo social, e associada a mais 2 Acção 3 (2008), de disseminação de instrumentos de apoio ao empreendedorismo de jovens e de capacitação informática de entidades do 3º sector;
- Plano de Acção na Serra de Silves - Valorização do Património, Produtos e Saberes (Agris 8.1). Projecto realizado em parceria com a DRA do Algarve, a Câmara Municipal de Silves e a Associação Viver Serra, destinado a apoiar produtores nos processos de legalização, valorização e comercialização dos produtos;
- Participação no projecto “As Dinâmicas Sócio-Económicas dos Espaços Rurais do Continente Português”(Agro 62). Este projecto, de responsabilidade da Animar, desenvolvido em parceria com o ISA, o INIAP e associações locais, tem como principal objectivo identificar e caracterizar as diferentes dinâmicas socioeconómicas em espaços rurais de Portugal Continental;

